



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIA GABRIELA GALINDO DE OLIVEIRA

**A ESTRATÉGIA JAPONESA E OS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO
REGIONAL DA ÁSIA**

**JOÃO PESSOA
2017**

MARIA GABRIELA GALINDO DE OLIVEIRA

**A ESTRATÉGIA JAPONESA E OS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO
REGIONAL DA ÁSIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira

**JOÃO PESSOA
2017**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O48e Oliveira, Maria Gabriela Galindo de
A estratégia japonesa e os processos de integração regional da
Ásia [manuscrito] / Maria Gabriela Galindo de Oliveira. - 2017.
60 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações
Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação: Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira,
Departamento de Relações Internacionais".

1.Japão. 2. Processo de integração regional 3. Estratégia
japonesa I. Título.

21. ed. CDD 337.1

MARIA GABRIELA GALINDO DE OLIVEIRA

A ESTRATÉGIA JAPONESA E OS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL DA
ÁSIA

Monografia apresentada ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba.

Aprovado(a) em 15 / 08 / 2017.

Henrique Altemani de Oliveira/UEPB
Orientador(a)

Filipe Reis Melo/UEPB
Examinador(a)

Cristina Carvalho Pacheco/UEPB
Examinador(a)

À minha família, pelo apoio incondicional e
presença constante, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Henrique Altemani pela orientação nos últimos dois anos, por compartilhar seu conhecimento e experiência.

Aos amigos pelo apoio, carinho e preocupação, pela presença em momentos difíceis ou de diversão.

À minha família pelo suporte e incentivo, pelos conselhos e críticas, pela presença e torcida fiéis, sem os quais não concluiria esta fase da minha vida.

*“There would be no future in Japan if we
were isolated from Asia”*

(Takeo Miki, 1951)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal analisar as estratégias japonesas para obtenção da posição de liderança na Ásia, especialmente no que se refere à cooperação e construção dos processos de integração regional asiáticos. Considerando desde 1850 a prática da política internacional no Japão, é possível perceber a influência de conceitos estrangeiros no país, aderindo ao movimento nacionalista e adotando mais tarde a prática de expansão territorial, muitas vezes através de conflitos armados. Esta postura agressiva gera ressentimentos e desconfiança dos demais países asiáticos para com o Japão após sua derrota em 1945, consistindo no maior obstáculo para os planos de integração na região e contribuindo para que haja apenas uma coordenação ou cooperação econômica dentro dos organismos multilaterais criados posteriormente. Colocando-se muitas vezes como guia ou mentor das propostas de integração na Ásia, como no caso dos fóruns econômicos PAFTAD, PBEC, PECC e APEC, o Japão chega ao fim do século XX mais próximo de alcançar seus objetivos de liderança, auxiliando no desenvolvimento econômico dos países vizinhos, com destaque para o próprio crescimento interno que lhe garantiu importância internacional. As estratégias japonesas esbarram, contudo, na crise econômica que cai sobre a Ásia no fim da década de 1990 e na rápida ascensão chinesa. Dessa forma, o século XXI traz novos obstáculos para a integração na Ásia, com a presença de mais uma potência na região. Por sua vez, o Japão tenta equilibrar a parceria com os Estados Unidos com os interesses dos demais países asiáticos, ao mesmo tempo em que procura colocar-se em pé de igualdade com os chineses. Ademais, a tentativa do país de revisar sua Constituição e reaver suas forças armadas contribui para o clima de tensões na Ásia, em meio às disputas por ilhas no Mar da China, os testes de armamentos da Coreia do Norte e a recente eleição de Donald Trump ao cargo de Presidente dos Estados Unidos.

Palavras-Chave: Japão; processo de integração regional; estratégia japonesa.

ABSTRACT

The main objective of this study is to analyze the Japanese strategies to obtain the leadership position in Asia, especially with regard to cooperation and construction of Asian regional integration processes. Considering since 1850 the practice of international politics in Japan, it is possible to notice the influence of foreign concepts in the country, adhering to the nationalist movement and adopting later the practice of territorial expansion, often through armed conflicts. This aggressive stance breeds resentments and distrust among Asian countries toward Japan after its defeat in 1945, consisting in the biggest obstacle for integration plans in the region and contributing to the existence of only economic coordination or cooperation inside multilateral organisms created later. Acting often as a guide or mentor of integration propositions in Asia, as in the case of the economic forums PAFTAD, PBEC, PECC and APEC, Japan arrives at the end of the 20th century closer to reach its leadership objectives, aiding in the economic development of neighboring countries, with emphasis to its own growth, which guaranteed international relevance. Japanese strategies, however, clash with the economic crisis that hits Asia by the end of 1990's and the rapid Chinese ascension. As it is, the 21st century brings new obstacles for integration in Asia, with the presence of another power in the region. In turn, Japan tries to balance its partnership with United States with the other Asian countries' interests, while at the same time seeking to put itself in equal footing with the Chinese. In addition, the country's attempt to revise its Constitution and recover its armed forces contributes to the climate of tensions in Asia amid disputes for islands in China's Sea, North Korea's arms tests and recent election of Donald Trump for the position of President of the United States.

Keywords: Japan; regional integration process; Japanese strategy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Mapa da expansão territorial japonesa em 1932	19
Imagem 2 – Mapa da expansão territorial japonesa em 1942.....	21

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADMM+	Reunião dos Ministros de Defesa da ASEAN+ (<i>ASEAN Defense Ministers Meeting Plus</i>)
APEC	Cooperação Econômica da Ásia Pacífico (<i>Asia Pacific Economic Cooperation</i>)
ARF	Fórum Regional da ASEAN (<i>ASEAN Regional Forum</i>)
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático (<i>Association of Southeast Asian Nations</i>)
EAMF	Fórum Marítimo da ASEAN Expandida (<i>Expanded ASEAN Maritime Forum</i>)
EPG	Grupo de Pessoas Eminentes (<i>Eminent Persons Group</i>)
FMI	Fundo Monetário Internacional (<i>International Monetary Fund</i>)
GATT	Acordo Geral para Tarifas e Comércio (<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>)
MOFA	Ministério das Relações Exteriores do Japão (<i>Ministry of Foreign Affairs of Japan</i>)
ODA	Assistência Oficial ao Desenvolvimento (<i>Official Development Assistance</i>)
OMC	Organização Mundial do Comércio (<i>World Trade Organization</i>)
PAFTA	Área de Livre Comércio da Ásia Pacífico (<i>Pacific Asia Free Trade Area</i>)
PAFTAD	Conferência para Comércio e Desenvolvimento do Pacífico (<i>Pacific Trade and Development Conference</i>)
PBEC	Conselho Econômico da Bacia do Pacífico (<i>Pacific Basin Economic Council</i>)
PECC	Conferência para Cooperação Econômica do Pacífico (<i>Pacific Economic Cooperation Conference</i>)
RCEP	Parceria Econômica Regional Abrangente (<i>Regional Comprehensive Economic Partnership</i>)
TC	Cooperação Trilateral (<i>Trilateral Cooperation</i>)
TPP	Parceria Transpacífico (<i>Trans-Pacific Partnership</i>)
TTIP	Parceria Transatlântica para Comércio e Investimentos (<i>Transatlantic Trade and Investments Partnership</i>)

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	13
2.	PRIMEIRO CAPÍTULO: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA COOPERAÇÃO REGIONAL NA ÁSIA.....	16
2.1	Evolução geopolítica no Japão: do fim do isolamento à Segunda Guerra Mundial.....	16
2.2	Propostas Pioneiras.....	21
2.3	Os fóruns econômicos: PAFTAD, PBEC e PECC.....	23
2.4	A Cooperação Econômica da Ásia Pacífico.....	27
2.5	A crise financeira asiática e o fim do século XX.....	30
2.6	O século XXI e os novos acordos de cooperação regional.....	32
3.	SEGUNDO CAPÍTULO: A ESTRATÉGIA JAPONESA.....	36
3.1	A introdução da geopolítica no Japão.....	36
3.2	Pós-1945: a nova política japonesa.....	39
3.2.1	<i>Primeira fase: 1945-1970.....</i>	40
3.2.2	<i>Segunda fase: 1970-1985.....</i>	42
3.2.3	<i>Terceira fase: 1985-2000.....</i>	44
3.2.4	<i>Quarta fase: 2000 – dias atuais.....</i>	46
3.3	Cooperação e segurança.....	49
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
	REFERÊNCIAS.....	56

1. INTRODUÇÃO

Entre os países asiáticos, o Japão sempre foi considerado um dos mais importantes, em determinados momentos pela sua capacidade bélica, e em outras ocasiões pelo seu potencial econômico. Ele, no entanto, nunca foi considerado o líder regional, apesar das muitas tentativas feitas pelo país para adquirir este título. O Japão permanece dois séculos em um regime de isolamento, até a Revolução Meiji em 1865, quando reabre seus portos para o mundo e dá nova importância ao seu relacionamento com os vizinhos asiáticos e os recursos que os mesmos possuem. A partir deste momento ele tentará fixar-se como a maior autoridade na Ásia, adaptando suas estratégias em consonância com as mudanças no sistema internacional, utilizando-se primeiro da guerra e da força militar, até 1945, depois usufruindo de seu crescimento econômico e da dependência de outros sobre ele, culminando na atual abordagem diplomática, combinando assuntos econômicos com políticos e de segurança.

Algumas das ferramentas usadas pelos japoneses para alcançar uma posição de destaque na Ásia serão as organizações multilaterais para integração regional, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, onde a cooperação econômica deveria garantir o relacionamento pacífico na região. Os planos de integração embarram, contudo, na falta de confiança e nos ressentimentos entre os países asiáticos, herança dos conflitos e das guerras de conquista existentes entre os mesmos até anos recentes. No entanto, a importância colocada no desenvolvimento econômico interno de cada país assegura uma interdependência e uma coordenação das políticas econômicas na Ásia. Mais do que isso, os fóruns e organismos multilaterais servirão como espaço de diálogo não apenas entre países asiáticos, abrangendo também os mais próximos geograficamente, em especial os banhados pelo Oceano Pacífico.

Desde a década de 1960 o Japão lidera os movimentos de integração ou cooperação regional na Ásia. Partindo das ideias do professor Kiyoshi Kojima para criação de uma área de livre comércio na região (PAFTA – *Pacific Asia Free Trade Area*), passando pelos fóruns de discussão econômica PAFTAD (*Pacific Trade and Development Conference*), PBEC (*Pacific Basin Economic Council*) e PECC (*Pacific Economic Cooperation Conference*), culminando na criação da primeira organização de cooperação econômica na Ásia, a APEC (*Asia Pacific Economic Conference forum*), em 1989, representantes japoneses conduziram os debates e decisões tomadas em cada uma dessas ferramentas de diálogo regional. Apenas durante a crise econômica interna em 1991 e a

posterior crise financeira asiática em 1997 e 1998, bem como a ascensão chinesa nesta mesma época, o Japão perderá sua posição de destaque.

Entretanto, o país retorna rapidamente à investir na cooperação regional, com o início do século XXI, adaptando-se às mudanças ocorridas tanto na Ásia quanto no mundo. A ASEAN + 3 é criada com a participação da China, Japão e Coreia do Sul, reforçando o diálogo entre Sudeste e Nordeste Asiático e facilitando a formação de novas organizações partidas da mesma. Novas propostas para acordos de cooperação regional, o mais recente sendo a Parceria Transpacífico (TPP), negociações para criação de uma área de livre comércio exclusiva entre China, Japão e Coreia do Sul, e a presença japonesa em cada uma destas discussões reinsere-o nas dinâmicas regionais.

Ultimamente novos fatos modificam ainda mais a ação dos países asiáticos na construção de uma integração regional. A ascensão chinesa não se limita ao aspecto econômico, mas também político e militar, e as recentes disputas por territórios no Mar do Sul da China aumentam as tensões entre os países envolvidos. A Coreia do Norte, sob novo comando desde 2011, testa com maior frequência armas de destruição em massa e recusa o diálogo com parceiros ou concorrentes. A administração de Barack Obama reconstruía os laços dos Estados Unidos com a Ásia, mas, com a passagem do cargo de Presidente para Donald Trump, estes esforços começam a ser desfeitos. Por fim, a intenção do Primeiro Ministro japonês Shinzo Abe de normalizar o país, reestabelecendo suas forças armadas, contribui para a mudança no tom do diálogo na Ásia, tornando o tema de segurança indispensável nas discussões dentro das organizações multilaterais, algo inédito para a região.

Ao iniciar esta análise a partir da abertura japonesa no século XIX, é possível perceber todas as mudanças políticas e econômicas ocorridas na Ásia, mas principalmente como o Japão se adaptava às mesmas, sempre mantendo suas pretensões para tornar-se o líder regional. Alguns exemplos destas variações podem ser percebidos pela sua aliança com os Estados Unidos, a qual a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, torna-se alicerce da política japonesa, mas que sofre um período de turbulência na década de 1990 por conta de um debate ideológico entre os modelos Ocidental e Asiático de desenvolvimento, que leva o Japão a alinhar-se, naquele momento, com seus vizinhos da Ásia. Da mesma forma, enquanto Japão e China dividem um passado de conflitos bélicos e as pretensões de tornarem-se a potência regional, há também um esforço entre as duas partes para a criação e manutenção de acordos de cooperação, tanto bi quanto

multilaterais. Estas alterações levantam a questão sobre qual é a estratégia japonesa, quanto aos processos de cooperação e integração na Ásia, para aquisição da posição de líder regional.

Identificar e analisar esta estratégia se torna o objetivo principal deste estudo, notando o papel do Japão na construção e evolução da cooperação regional na Ásia desde o século XIX até os dias atuais. Da mesma forma, deve-se considerar o posicionamento dos demais países envolvidos nestes movimentos de integração, principalmente os da região da Ásia Pacífico, como Estados Unidos e Austrália, os quais também possuem relevância na formação política da Ásia. Por fim, faz-se necessário notar a transição de posicionamento de cada um destes atores de acordo com a evolução no sistema internacional, com especial atenção para os recentes desenvolvimentos na área de segurança regional.

A Ásia é uma região de constante crescimento econômico e político, e o Japão sempre foi um de seus principais atores. Estudos sobre a política externa japonesa foram tendência no mundo principalmente na década de 1990, mas parte deste interesse se perdeu quando da rápida ascensão chinesa nos anos 2000. Entretanto, eventos recentes, como a presença constante do Japão em acordos e mecanismos de cooperação bi e multilaterais, demandam atenção sobre os interesses do país. Ademais, a profunda interdependência entre os países atualmente aumenta a importância dos processos de integração regional, pois deles depende a manutenção das relações entre os diversos Estados vizinhos. Em uma região como a Ásia, relevante para a economia e política mundial e contando com a presença de importantes atores internacionais, onde não há contudo um senso de integração, mas sim de cooperação ou coordenação, estudar as propostas e tentativas de integração regional se torna imperativo.

Este é um estudo qualitativo, pois foca em aspectos subjetivos e não estatísticos. É também indutivo, partindo da análise das propostas de integração regional e dos relacionamentos entre os atores asiáticos, principalmente o Japão, para depois determinar sua estratégia. Trata-se de um estudo bibliográfico, utilizando artigos e textos científicos publicados em livros e periódicos para reunião das informações sobre o tema. Além destas fontes também serão utilizados textos das instituições aqui estudadas, como a APEC, além de artigos publicados pelas figuras envolvidas diretamente com a construção dos processos de integração regional na Ásia, como o professor Kiyoshi Kojima. Dessa forma, haverá presença tanto de uma visão oriental quanto ocidental do tema.

Este trabalho se divide em dois capítulos. O primeiro fará uma abordagem histórica da cooperação regional na Ásia, iniciando ao fim do século XIX no Japão, quando são introduzidas as primeiras noções de geopolítica na região, passando pelas duas Grandes Guerras e as transformações mundiais causadas por ambas. Será debatida a proposta pioneira de integração na Ásia formulada pelo professor japonês Kiyoshi Kojima, as primeiras tentativas de diálogo através dos fóruns econômicos do PAFTAD, PBEC e PECC e a criação da primeira organização em nível governamental de cooperação na Ásia, a APEC. Por fim, haverá uma análise sobre a crise financeira asiática e o fim do século XX, concluindo com as propostas atuais de cooperação regional e as recentes configurações políticas na Ásia Pacífico. Por sua vez, o segundo capítulo analisará as estratégias japonesas através desta evolução histórica, as mudanças e adaptações do seu pensamento geopolítico, levando em consideração os posicionamentos dos principais atores da região, como Estados Unidos e China e os países da ASEAN. Por último, infere-se sobre os debates atuais sobre cooperação na Ásia e o acréscimo de questões de segurança à sua pauta.

2. PRIMEIRO CAPÍTULO: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA COOPERAÇÃO REGIONAL NA ÁSIA

2.1 Evolução geopolítica no Japão: do fim do isolamento à Segunda Guerra Mundial

Por muitos séculos, a Ásia esteve isolada das movimentações ocorridas no resto do mundo, garantindo ao continente, principalmente à sua região Leste, características culturais, sociais e políticas próprias, bem como uma evolução histórica praticamente independente da movimentação ocidental. Enquanto a Europa vivia os longos anos da Idade Média, a China gozava do *status* de nação mais avançada do mundo até o século XV, quando entrou em fase de isolamento, estagnação e conseqüente declínio (VIZENTINI, 1996, p. 181).

No extremo Leste da Ásia, o Japão vivia a política de isolamento (*sakoku*) implantado durante o século XVII pelo Shogunato Tokugawa, como uma tentativa de proteger o país da influência Ocidental, principalmente cristã portuguesa. Esta reclusão durou até o ano de 1853, quando os Estados Unidos (EUA), através da agressiva política de *Gunboats*, exigiu que o Japão abrisse seus portos para as outras nações. O encontro dos japoneses com as armas de fogo e a indústria ocidental veio demonstrar, então, o

atraso do Japão quanto às novas tecnologias e sua consequente desvantagem em comparação às nações do Oeste, que já viviam os movimentos da Segunda Revolução Industrial (GILES, 2015, p. 2-3).

O período que se seguiu, mais tarde denominado de Era Meiji (1868-1912), foi caracterizado não apenas pela absorção da tecnologia ocidental e rápido desenvolvimento da indústria japonesa, mas também pelas mudanças governamentais, principalmente o retorno do poder político ao imperador, como resposta ao desagrado com a administração anterior do Shogunato (ibidem, p. 3). Uma transformação do pensamento japonês também ocorreu, não apenas pelo contato com a cultura das nações ocidentais, mas pela agora proeminência do Japão em relação aos seus vizinhos asiáticos, resultado da sua acelerada modernização.

Um novo conceito surgiu, o de superioridade e dominação japonesa sobre as nações menos desenvolvidas da Ásia, e sobre os estrangeiros do Oeste (GORDON, 2000). Este tipo de pensamento encontrou apoio entre os maiores estudiosos da época no Japão. Entre eles, deve-se destacar a figura de Fukuzawa Yukichi, escritor, professor e jornalista considerado um dos maiores pensadores do Período Meiji, o qual escreveu sobre aspectos básicos da cultura ocidental, bem como sobre direitos civis, filosofia e ideologias das nações do Oeste. Entretanto, suas obras sobre o Japão e seu posicionamento na Ásia devem ser destacados, pois neles exprimia sua desconfiança para com os países ocidentais, os quais acreditava tentariam dominar a Ásia. Para defender-se dessa investida, os países asiáticos deveriam unir-se, com o Japão como líder dessa resistência. Fukuzawa escreve:

“Nosso país não deve fracassar ao protegê-los militarmente, guiá-los culturalmente, e mostrar-lhes o caminho para o estágio da civilização moderna. Se inevitável, nosso país deve até ameaçá-los pela força para garantir seu progresso¹.” (FUKUZAWA, 1881, apud MATSUMOTO, 1967, pag. 167, tradução nossa)

Este tipo de pensamento influenciou a formação de grupos ultranacionalistas, os quais defendiam uma política externa japonesa mais agressiva. Nesta época o Japão esteve envolvido em guerras contra a China (Primeira Guerra Sino-Japonesa, 1894-1895) pelo controle da Coreia, e contra a Rússia (1904-1905), disputando territórios na

¹ “Our country must not fail to protect them militarily, guide them culturally, and show them the way to arrive at the stage of modern civilization. If unavoidable, our country may even threaten them by force to ensure their progress.” *Jiji Shogen – A critique of The Trends of Times*, 1881. apud MATSUMOTO, 1967, pag. 167.

Manchúria e Península Coreana, e em ambos os conflitos ele saiu vitorioso, o que aumentou a confiança japonesa (GILES, 2015, p.4).

No começo do século XX, em 1902, o Japão assinou um tratado com a Grã-Bretanha, estabelecendo uma aliança baseada em seus interesses políticos e comerciais na China e Coréia, mas garantindo o suporte de um, caso o outro se envolvesse em uma guerra (SCULLY, 2011, p. 12). Este foi o caso durante a Primeira Guerra Mundial, onde o Japão foi induzido a se juntar aos Aliados, ganhando uma cadeira na Liga das Nações após a Guerra. Entretanto, o período entre Guerras encontrou a relação anglo-japonesa abalada, devido principalmente às discussões em torno da Proposta de Igualdade Racial (*Racial Equality Proposal*) formulada pelo Japão e submetida à votação na Liga das Nações em 1919. A Proposta pedia o tratamento igualitário entre todos os países participantes da Liga, mas foi rejeitada por várias potências, com suspeitas de oposição britânica, agravando sua relação com os japoneses (ibidem, p. 19).

A Conferência Imperial de 1921 entre os líderes das nações do Império Britânico viu discussões acerca da continuação ou não da Aliança com o Japão. Enquanto países como Austrália acreditavam que a renovação do Tratado ajudaria com os interesses da *Commonwealth* no Pacífico, outros como o Canadá defendiam o fim da Aliança com receio de que a mesma forçasse o alinhamento com o Japão em caso de um conflito entre ele e os Estados Unidos, que já se preocupavam com a expansão japonesa na China, a qual podia ameaçar seus interesses comerciais na região (ibidem, p.20).

Dessa forma, ainda em 1921 foi assinado o Tratado dos Quatro Poderes o qual terminou a Aliança Anglo-Japonesa, mas sendo rapidamente substituída pelo Tratado de Washington de controle naval. O mesmo limitava a construção de navios de guerra entre as cinco potências da época, Grã-Bretanha, Estados Unidos, Japão, França e Itália. Pelas exigências do acordo, o Japão se contentou com uma capacidade de construção menor do que a dos EUA e Grã-Bretanha, mas apenas após a condição de que as potências não construiriam novas fortificações no Pacífico Ocidental (WHIGHT, 2002, p. 282).

Outros dois tratados foram assinados na mesma época: o Tratado Sino-Japonês, em 1922, de devolução da região de Shantung pelos japoneses à China; e o Tratado das Nove Potências, também em 1922, que defendia a integridade territorial chinesa (ibidem, p. 281-282). Entretanto, alguns anos depois o Japão iniciaria sua conquista sobre o território chinês, em especial a região da Manchúria, como pode ser visto através da Imagem 1, a qual ilustra um mapa da expansão territorial japonesa até o ano de 1932. A agressiva

estratégia militar do Japão preocupava não apenas seus vizinhos asiáticos, submetidos à estas práticas, mas também os países ocidentais, os quais temiam a ascensão do imperialismo japonês e sua dominação na Ásia. Em 1933 a Liga das Nações julgou o caso da ocupação na Manchúria entre o Japão e a China, concluindo a ocupação ilegal japonesa e o retorno do território para os chineses. Longe de acatar a decisão, o Japão se retira da organização e volta-se para os novos regimes fascistas na Alemanha e Itália.

Imagem 1: Mapa da extensão territorial japonesa em 1932



Fonte: GILES. 2015. P. 9.

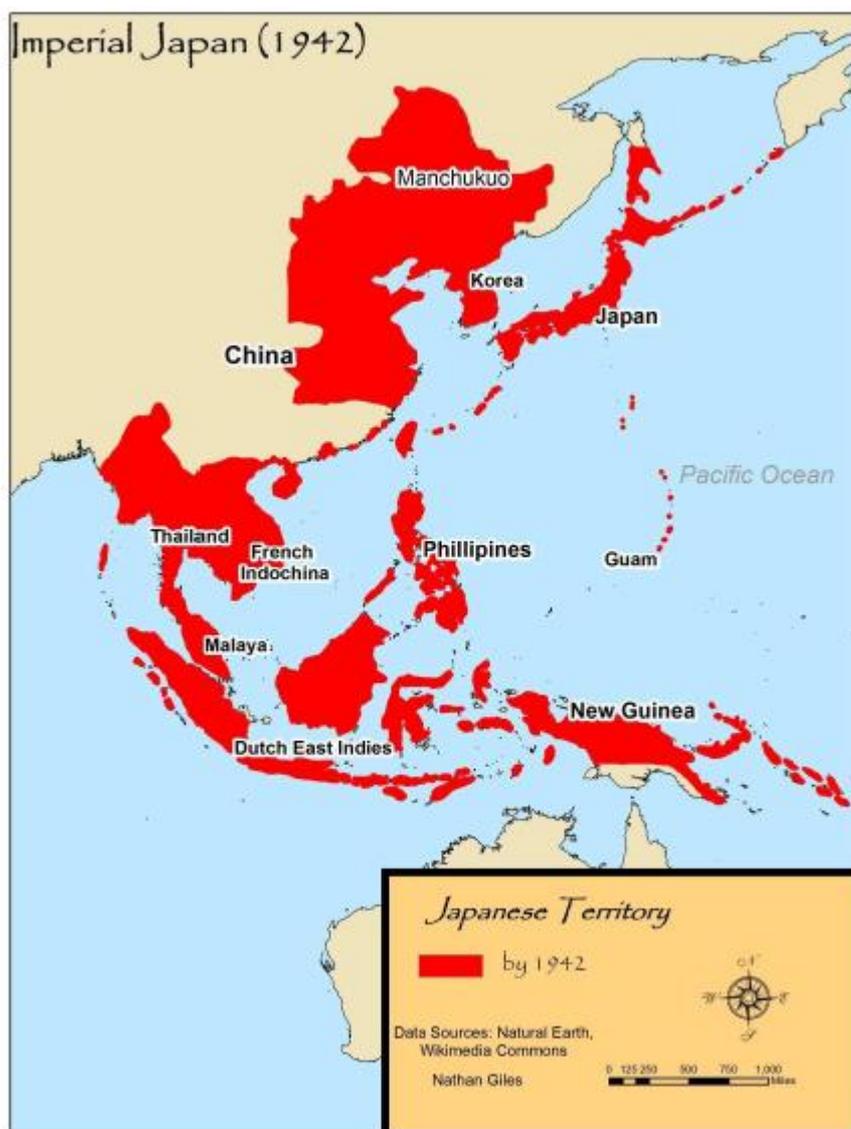
A nova aliança com a Alemanha determinaria uma mudança no pensamento geopolítico japonês. Ao fim da década de 1930, os alemães descumprem os termos do Tratado de Versalhes e produzem um conceito sobre a “Nova Ordem Europeia” (TAKEUCHI, 2000, p. 15). Sua influência sobre os japoneses estimulou a criação da sua

própria ideia sobre a “Nova Ordem no Leste da Ásia”, o qual, mais tarde, deu origem à proposta da “Esfera de Co-Prosperidade do Grande Leste Asiático” (*Great East Asia Co-Prosperity Sphere*).

O conceito da Esfera de Co-Prosperidade foi apresentado durante o discurso do então Ministro das Relações Exteriores Matsuoka Yosuke, em 1940, mas era o resultado direto do pensamento imperialista e de superioridade que permeava a sociedade japonesa desde a Restauração Meiji, a insatisfação com as potências ocidentais e o contato com as ideologias fascistas e conceitos geopolíticos da principal aliada do Japão na época, a Alemanha. A ideia uniu os setores empresarial e governamental nacional em torno da visão pan-asianista de libertação da Ásia (MIMURA, 2011, p.6).

A Esfera de Co-Prosperidade seria um bloco militar e econômico entre todas as nações do Leste e Sudeste Asiático. Ela deveria garantir a segurança dos países envolvidos contra a dominação do Ocidente, ao mesmo tempo em que forneceria a base para o desenvolvimento da região. O Japão seria o líder deste movimento e, para iniciar seu plano, se lançou em uma campanha militar de conquista dos territórios ocupados na Ásia pelos Estados Unidos e aliados, como pode ser observado na Imagem 2. Em seu discurso, o Ministro Matsuoka fala em uma conexão inevitável entre o Leste e o Sudeste (TAKEUCHI, 2000, p.21). Este pensamento estaria presente anos mais tarde, ao fim da década de 1990, em meio à crise financeira asiática e o estabelecimento da ASEAN + 3, organização que será detalhada no tópico 2.5. Apenas posteriormente, quando o Japão é derrotado e ocupado pelos EUA, documentos oficiais são revelados, os quais continham as reais intenções japonesas de utilizar a Esfera como ferramenta de manipulação dos países do Sudeste asiático e para facilitar a formação de uma hierarquia na Ásia, com o Japão no topo.

Imagem 2: Mapa da expansão territorial japonesa em 1942



Fonte: GILES, 2015. P. 21.

A ocupação do território japonês favoreceu o surgimento do senso de humilhação e desagrado em parte da população, gerando receio de que as intenções imperialistas do Japão pudessem retornar. Dessa forma, em 1947 foi publicada a nova Constituição japonesa, denominada “pacifista” por determinar não apenas um desejo de manter a paz alcançada, mas também por renunciar à qualquer forma de força militar nacional (CHOONG, 2015, p. 174). Além disso, em seu primeiro artigo, fica decretado o poder estritamente simbólico do Imperador, passando os deveres e poderes de Chefe de Estado para o Primeiro Ministro.

2.2 Propostas Pioneiras

O fim da Segunda Guerra Mundial representou um momento de reconstrução dos países, suas economias e da ordem internacional. Por quase uma década os Estados se preocuparam com assuntos internos, mas quando um certo nível de normalidade foi alcançado, percebeu-se a necessidade de formular medidas que evitassem acontecimentos como as duas Grandes Guerras recentemente ocorridas. Estimular a cooperação entre países seria uma dessas saídas, pois se esperava que um maior diálogo entre nações criasse um ambiente mais pacífico e diplomático.

Nesse contexto, processos de integração regional começaram a se desenvolver, sendo o exemplo mais relevante o da Comunidade Econômica Europeia. Criada através do Tratado de Roma em 1957, tinha como objetivo unir os países europeus através da integração econômica, sendo mais tarde utilizada como base para a criação da União Europeia, bloco de integração regional mais desenvolvido na atualidade.

O sucesso da Comunidade Econômica Europeia influenciou a discussão sobre cooperação regional em várias partes do mundo, a Ásia entre elas (KOJIMA, 1976, p.1). O professor Kiyoshi Kojima destaca-se entre os intelectuais a estudar estes movimentos, pois, em 1965, publicou a primeira proposta de um processo de integração regional asiático. Apresentada em Tóquio, no Centro de Pesquisas Econômicas do Japão, durante a Conferência Internacional para Medidas de Expansão do Comércio para Países em Desenvolvimento, a ideia do professor Kojima consistia em uma área de livre comércio no Pacífico, envolvendo Japão, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia.

Kojima desenvolveu sua proposta a partir do entendimento de que a Ásia, em especial o leste asiático, seria excluído dos movimentos de integração através do mundo, principalmente por sua localização geográfica. Dessa forma, países dessa região deveriam seguir o exemplo europeu e desenvolver sua própria organização. Conseqüentemente, a publicação da proposta de criação do PAFTA: *Pacific Asia Free Trade Area*.

Esperava-se do PAFTA dois posicionamentos: um instrumento para desenvolvimento dos países asiáticos, principalmente os ainda subdesenvolvidos; e a consolidação de uma organização de *policy making* (ibidem, p. 1-2). Ambos representavam iniciativas nunca antes tomadas na Ásia, mas reconhecidas como de importância vital para o crescimento da região. Além desses pontos, Kojima enumera três características que uma integração econômica no Pacífico deveria ter: acordo com as regras do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*, na época, agora Organização

Mundial do Comércio, OMC); preservação da autonomia dos membros; e caráter puramente comercial, sem obrigações para uma eventual união política (ibidem, p. 3-4).

Entretanto, a proposta de criação do PAFTA não foi aceita, por razões que, mais tarde, impediriam a criação ou desenvolvimento de outras organizações de integração na Ásia. Um primeiro motivo era a diferença entre os países envolvidos, não apenas em nível de desenvolvimento, mas também na disponibilidade de recursos naturais, nas condições políticas e sociais, bem como culturais. Estas diferenças facilitavam um outro ponto de discussão, que se baseava no fato de que alguns países, com destaque para o Japão, seriam mais beneficiados por uma área de livre comércio na região. Por fim, faltava aos cinco países principais um nível de solidariedade e integração que contribuísse para o sucesso da organização (ibidem, p. 9).

O não-acolhimento da proposta do PAFTA, tanto pelos países do Sudeste Asiático, excluídos deste arranjo, quanto pelos próprios Estados envolvidos com o projeto, pelos motivos citados anteriormente, no entanto, não representou o fim do diálogo sobre integração regional na Ásia. Pelo contrário, nos anos posteriores diversas sugestões de negociações, principalmente bilaterais, surgiram na região e, mais tarde, iniciativas de caráter multilateral também foram apresentadas. Dessa forma, é possível conferir tanto ao professor Kojima quanto à sua ideia do PAFTA o pioneirismo na Ásia sobre as discussões e trabalhos envolvendo processos de integração regional.

2.3 Os fóruns econômicos: PAFTAD, PBEC e PECC

A década de 1960 representou o começo dos movimentos de integração na Ásia com Kiyoshi Kojima responsável pela proposta pioneira, o PAFTA, em 1965. A ela se seguiu um aumento nas discussões sobre o tema, abrindo as portas para a criação de três fóruns econômicos de acentuada importância na evolução dos processos de integração regional na Ásia. São estes os fóruns: a Conferência do Pacífico sobre Comércio e Desenvolvimento ou PAFTAD (*Pacific Trade and Development Conference*); a Conferência Econômica da Bacia do Pacífico ou PBEC (*Pacific Basin Economic Conference*); e, por fim, o Conselho de Cooperação Econômica do Pacífico ou PECC (*Pacific Economic Cooperation Council*). Os três fóruns funcionaram como palco para os primeiros debates sobre cooperação regional na Ásia, contribuindo para a formação de uma rede de contatos entre personalidades de diversos países da região, os quais mais tarde seriam os responsáveis pela criação da primeira organização em nível governamental de integração na Ásia, a APEC.

O primeiro destes organismos a ser criado foi o PAFTAD, em janeiro de 1968. Sua oficialização deriva da rejeição da proposta do professor Kojima, previamente citada, de concepção do PAFTA. As críticas que esta proposta sofreu baseavam-se não apenas na falta de uma relação mais profunda entre os seus possíveis membros, mas também da ausência de países em desenvolvimento dentro do projeto. Desta forma, o PAFTAD foi concebido expandindo os temas sobre comércio e acrescentando o desenvolvimento em sua pauta de discussão.

Duas questões principais o PAFTAD deveria responder ao longo de suas conferências: como aumentar o crescimento econômico e o desenvolvimento, e como alcançar relações econômicas mais efetivas/eficientes (PATRICK, 1997, p.2). Portanto, tinha como objetivos delinear temas de relevância regional, providenciando informações para discussões políticas dentro da Ásia Pacífico. Seus participantes envolviam pesquisadores e economistas de todos os países da Ásia Pacífico, independente da orientação política, mesmo no auge da Guerra Fria.

Além da contribuição do professor Kojima à criação do PAFTAD, outras duas figuras devem ser destacadas neste processo: o burocrata Saburo Okita e o então Ministro do Exterior Takeo Miki. Okita foi um dos arquitetos do crescimento econômico japonês e dispunha de experiência prática e conhecimento teórico sobre cooperação regional. Seu julgamento era de que, para a contínua prosperidade japonesa, o país deveria não apenas garantir o desenvolvimento dos vizinhos, mas também liderá-los neste caminho, principalmente através da cooperação regional.

Miki compartilhava ideais semelhantes, acreditando também que a diferença entre o Norte e o Sul era um dos problemas mais urgentes do mundo. Era um crítico da conhecida Doutrina Yoshida, originada no governo do Primeiro Ministro Shigeru Yoshida, entre os anos de 1946 à 1947 e depois de 1948 à 1954, a qual colocava extrema dependência sobre as relações do Japão com os Estados Unidos e Europa, negligenciando os países asiáticos. Miki acreditava que não haveria futuro para o Japão se este estivesse isolado da Ásia, devendo exercer papel de sustentação no desenvolvimento econômico do continente (TERADA, 1999, p. 6).

A união destes três intelectuais foi essencial para a criação da PAFTAD, sendo confiado à Saburo Okita posição de liderança na organização logo em seus anos iniciais. Takeo Miki delimitou elementos importantes para a política dentro da Ásia Pacífico, sendo alguns a necessidade de ressaltar a dependência que países desenvolvidos e em

desenvolvimento tem uns dos outros, a cooperação entre os mesmos e a resolução do problema entre Norte e Sul na região. Mais importante, ele acreditava que o processo dentro da Ásia deveria seguir a direção de cooperação, coordenação e por fim integração regional. Este modelo será aplicado na Ásia e perdura até os dias atuais.

Em maio de 1968 um outro fórum foi estabelecido oficialmente, o PBEC (*Pacific Basin Economic Conference*). Apesar de instituído após o PAFTAD, o PBEC era planejado desde a década de 1950 por Nagano Shigeo, presidente da Companhia Fuji Steel. Esta ideia surgiu do encontro entre Shigeo e Robert Schuman, considerado o arquiteto da integração na Europa. Schuman acreditava que fronteiras eram o principal obstáculo para o progresso dos países, e que o primeiro passo para resolver este problema seria a unificação econômica (TERADA, 2001a, p. 477). Shigeo ficou impressionado pelas ideias de Schuman, as quais mostravam-se corretas tendo em vista o sucesso alcançado pela Comunidade Econômica Europeia.

Outros fatores teriam influência também na decisão de Nagano Shigeo de criar o PBEC. Nagano gozava de uma reputação de sucesso, sendo considerado uma pessoa diplomática pela sua facilidade de criar e liderar conferências e comitês. Destas experiências ele entenderia o valor das interações entre líderes de negócios, garantindo ao fórum um caráter exclusivamente empresarial.

Por fim, as relações de Nagano Shigeo com a Austrália também teriam importância para a construção do fórum, mas não se limitando ao trabalho deste organismo. A partir de Shigeo as relações entre Japão e Austrália foram levadas a outro nível de colaboração, sendo ambos os países responsáveis por diversas iniciativas de cooperação na região da Ásia Pacífico. Quanto a Shigeo, este foi responsável pela criação, em 1961, dos Comitês Conjuntos de Negócios Japão-Austrália (*Japan-Australia Joint Business Committees*), uma série de reuniões anuais para troca de informações entre empresários australianos e japoneses, com o objetivo de aumentar o conhecimento entre os dois países e assim melhorar as relações entre ambos.

Durante a segunda reunião conjunta entre Austrália e Japão, em 1964, foram apresentados relatórios para a formação do PBEC. Neste momento, aliado à Nagano Shigeo, estava o diretor da *Associated Chambers of Manufactures* da Austrália, W.R.C. Anderson, garantindo à ambos o reconhecimento como fundadores do PBEC. Em 1966, os três objetivos propostos por Nagano para o fórum foram aceitos, sendo eles: desenvolver a troca de bens e capitais entre os países; promover pesquisas conjuntas e

exploração dos recursos naturais; e fomentar a cooperação entre os países desenvolvidos para assistência dos países em desenvolvimento da região (TERADA, 2001a, p. 483).

O último dos três principais fóruns econômicos a ser consolidado foi o PECC (*Pacific Economic Cooperation Conference*), em 1980, e assim como ocorreu com o PBEC, um japonês e um australiano lideravam a empreitada: os Primeiros Ministros Masayoshi Ohira e Malcolm Fraser. Durante os anos que separaram a criação do PAFTAD e do PBEC para o PECC, as discussões sobre cooperação regional se intensificaram, e tornou-se consenso entre os japoneses de que eles deveriam liderar este movimento. Entretanto, havia uma divisão quanto à quem deveria fazer parte dessa rede integrativa: os países desenvolvidos, principalmente da região do Oceano Pacífico, ou os países em desenvolvimento da parte continental da Ásia.

Ohira defendia uma posição japonesa mais ativa no cenário regional, mas argumentava que apenas os países da Bacia do Pacífico poderiam beneficiar o Japão. Seu primeiro discurso na Dieta, em 26 de janeiro de 1979, teria lançado um conceito próprio sobre o que deveria ser considerado Ásia Pacífico e excluía, de forma muito clara, os países da ASEAN². Entretanto, ao ser revisado por seus assessores, o texto foi considerado inaceitável e descartado (TERADA, 2001b, p. 205).

Um embate se formou entre o Primeiro Ministro Ohira e sua visão centrada na Bacia do Pacífico e nos países mais desenvolvidos, e outros setores do governo japonês, principalmente o Ministério de Relações Exteriores do Japão (MOFA), os quais desejavam desenvolver as relações do país com os vizinhos da ASEAN. Acrescenta-se a este cenário o próprio posicionamento dos países do Sudeste Asiático, os quais, além de ainda estarem se organizando política e economicamente, desconfiavam das intenções japonesas e acreditavam que seus planos atuais de integração eram muito semelhantes à ideia da Esfera de Co-Prosperidade do Grande Leste Asiático, proposta na década de 1940 (ibidem, p.205-206).

Na tentativa de aumentar os diálogos entre as partes, garantindo uma troca de informações não apenas econômicas e comerciais, mas também culturais e sociais, a PECC foi estabelecida, reunindo os setores acadêmico, empresarial e governamental, e,

² A Associação das Nações do Sudeste Asiático (*Association of Southeast Asia Nations*) ou ASEAN foi formada em 1967 com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento de seus países membros e promover a segurança e estabilidade regional. Atualmente conta com a participação de dez Estados do Sudeste Asiático. Ver mais em: ASEAN. Overview. Disponível em: <<http://asean.org/asean/about-asean/overview/>>. Acesso em 29 de julho de 2017.

em conjunto com o PAFTAD e PBEC, foi capaz de fornecer dados e estudos para o estabelecimento da Cooperação Econômica da Ásia Pacífico, a APEC, ao final da década de 1980.

2.4 A Cooperação Econômica da Ásia Pacífico

O ano de 1989 foi marcado pela criação da APEC, a primeira organização a nível governamental para cooperação regional na Ásia. As reuniões realizadas nos fóruns PAFTAD, PBEC e PECC permitiram a comunicação entre intelectuais de países da Ásia Pacífico, o que facilitou a construção de ideias e conceitos que mais tarde dariam forma à APEC. Entretanto, a adoção do modelo de crescimento econômico *flying geese*, ou “revoada dos gansos”, que será detalhado no segundo capítulo, pelos países asiáticos também constituiu ponto fundamental na criação da organização, pois permitiu o seu acelerado desenvolvimento, bem como um grau de interdependência entre os mesmos, de tal forma a impulsioná-los na direção de um processo de integração regional.

Exatamente o aumento no nível de autonomia dos países asiáticos que os leva a compreender a necessidade de um esquema de cooperação ou coordenação multilateral na região. Esperava-se de tal processo a capacidade de superar as tensões regionais, preservando um alto nível de interlocução entre os países, levando em conta a importância cada vez maior da Ásia Pacífico na economia mundial. Por fim, havia também o desejo de utilizar a futura organização como ferramenta para superar os obstáculos colocados na Rodada do Uruguai do GATT, interesse esse expresso principalmente pelos Estados Unidos (GUTIÉRREZ, 1997, p.3).

Apesar de criada em 1989, a APEC tornou-se popular internacionalmente apenas em 1993, durante a reunião anual em Seattle. Antes deste ano, porém, devem ser reconhecidos outros dois marcos na história da organização: a reunião de 1991 em Seul onde, através dos esforços diplomáticos coreanos, foi possível incorporar as chamadas “três Chinas” à organização, sendo elas a República Popular da China, Hong Kong e Taiwan; e a reunião do ano posterior, 1992, em Bangkok, onde criou-se o Grupo de Pessoas Eminentes (EPG), o qual tinha como objetivo elaborar uma visão da organização para o ano de 2000, e que viria a ter influência nas próximas discussões dentro da APEC (ibidem, p.4-5)

O ano de 1993, no entanto, seria mais relevante pois marca a ascensão do nível da organização, como consequência da reunião informal dos líderes das economias

participantes da APEC. Esta reunião só foi possível pelo convite feito pelo então Presidente dos Estados Unidos Bill Clinton. A partir deste evento, todas as reuniões anuais da APEC contariam com a presença dos líderes de cada país.

Entretanto, outro acontecimento também deve ser destacado durante a reunião de 1993, sendo este também de iniciativa estadunidense. A partir da reunião de Seattle iniciou-se as discussões na APEC sobre liberalização e facilitação do comércio, com grande incentivo por parte dos Estados Unidos. De fato, este discurso se iniciou logo após a publicação do relatório do Grupo de Pessoas Eminentes, um mês antes da reunião de líderes, onde, ao longo de pouco mais de quarenta páginas de recomendações e previsões, o grupo chega à seguinte conclusão:

Nosso Grupo de Pessoas Eminentes acredita que o tempo é chegado para a APEC adotar uma visão audaciosa e ambiciosa para o século XXI: a criação de uma verdadeira Comunidade Econômica da Ásia Pacífico. Esta Comunidade deve buscar alcançar o livre comércio na região. Deve fazê-lo de forma a fortalecer o comércio mundial e o sistema econômico, em cuja eficácia todos os membros da APEC tem interesse primordial³ (APEC, 1993a, p. 38, tradução nossa)

Os líderes econômicos, por sua vez, publicaram uma declaração própria, onde demonstram seu acordo com a visão formulada pelo EPG:

Reconhecendo nossa interdependência econômica bem como nossa diversidade econômica, nós vislumbramos uma comunidade das economias da Ásia Pacífico na qual: O espírito de abertura e parceria se aprofunde, nos permitindo encontrar soluções cooperativas para desafios da nossa economia global e regional; [...] Nós continuemos reduzindo as barreiras do comércio e investimento para que nosso comércio expanda pela região e pelo mundo e que bens, serviços, capital e investimento fluam livremente entre nossas economias⁴ (APEC, 1993b, p. 1, tradução nossa)

A reunião posterior em Bogor, Indonésia, assistiu à continuação das discussões sobre liberalização do comércio na Ásia Pacífico, e também sua conclusão, com a aceitação dos países membros da APEC de perseguir uma área de livre comércio e investimento na região, com prazo final para o ano de 2020. Uma série de recomendações

³ “Our Eminent Persons Group believes that the time has come for APEC to adopt a bold and ambitious vision for the twenty-first century: the creation of a true Asia Pacific Economic Community. That Community should seek to achieve free trade in the region. It should do so in ways that strengthen the global trading and economic system, in whose effectiveness all APEC members have a paramount interest.” APEC, 1993a, p. 38.

⁴ “Recognizing our economic interdependence as well as our economic diversity, we envision a community of Asia Pacific economies in which: The spirit of openness and partnership deepens, enabling us to find cooperative solutions to the challenges of our rapidly changing regional and global economy; [...] We continue to reduce trade and investment barriers so that our trade expands within the region and with the world and goods, services, capital and investment flow freely among our economies[...].” APEC, 1993b, p. 1.

foram feitas na Declaração dos Líderes de 1994, publicada após a reunião, sendo mais tarde chamadas de “Metas de Bogor” (do inglês, *Bogor Goals*).

Osaka, local da reunião de 1995 da APEC, foi, no entanto, palco para diversos debates e desentendimentos entre os membros da organização. Apesar do consenso em torno da evolução da APEC para uma área de livre comércio durante os dois encontros anteriores, muitas questões foram levantadas quanto às Metas de Bogor. Especificamente, existia um enfrentamento quanto ao modo o qual a APEC deveria perseguir uma liberalização comercial, entre um modelo Ocidental e um Oriental (GUTIÉRREZ, 1997, p.6)

O bloco Ocidental era liderado pelos Estados Unidos, primeiro a sugerir a transformação da APEC em uma área de livre comércio. Suas ideias baseavam-se no modelo tradicional de integração regional, aplicado com sucesso em diversas regiões do mundo, mas com destaque para a União Europeia. Contra este posicionamento estava o bloco Oriental, aderido pela maioria dos países asiáticos e liderado pelo Japão. Estes hesitavam em um acordo que gerasse um vínculo muito forte entre os mesmos, por conta da desconfiança e do ressentimento que ainda existiam entre os vizinhos asiáticos. Portanto, recomendavam um modelo voltado não para integração, mas sim cooperação ou coordenação das medidas comerciais, com liberdade de decisão para cada país.

Ao fim da reunião, a visão asiática prevaleceu. Publicou-se então a Agenda de Ação de Osaka (*Osaka Action Agenda*), a qual determinava como deveria ser alcançada a liberalização do comércio e de investimentos na Ásia Pacífico. Alguns pontos demonstram claramente o modo asiático de negociação e cooperação, como, por exemplo, a continuação com o regionalismo aberto, chamado na Agenda de princípio de não-discriminação, onde os países membros da APEC podem escolher estender seus acordos de facilitação comercial para não-membros, garantindo não apenas a autonomia destes países mas também um amplo impacto das decisões da organização sobre toda a região da Ásia (APEC, 1995).

Apesar de adotadas estas medidas, após a reunião de 1995 as atividades da APEC foram diminuindo, bem como seus debates tornando-se menos acentuados. Rússia, Peru e Vietnã foram os três últimos países a entrarem na APEC, em 1998, coincidindo com o ano de adoção da medida moratória de 10 anos para adesão de novos países à organização, determinação esta para proteção da APEC, em meio ao caos que se estabeleceu na Ásia durante a crise financeira do fim da década de 1990.

2.5 A crise financeira asiática e o fim do século XX

A década de 1990 representou um momento de ebulição e movimentação na Ásia, com consequências para o futuro econômico e político da região. As discussões dentro da APEC, detalhadas anteriormente, fazem parte deste conjunto de importantes acontecimentos. Porém, esses debates tanto influenciaram quanto foram influenciados por outros eventos, o mais impactante sendo a crise financeira asiática, a qual teve seu pico nos anos de 1997 e 1998. Muitas foram as explicações dadas para este fenômeno econômico, com o consenso geral de que sua origem remete ao começo do desenvolvimento dos países asiáticos, logo após a Segunda Guerra Mundial. Outro acordo entre especialistas foi de que a crise conseguiu demonstrar as fragilidades das economias asiáticas e das organizações de cooperação da região.

O cenário pós-Segunda Guerra era de países arrasados econômica e politicamente, muitos também ocupados por tropas estrangeiras. O Japão foi o primeiro a se recuperar, com níveis de desenvolvimento na década de 1950 semelhantes àqueles do período pré-Guerra. Esse crescimento continuaria por muitos anos ainda, porém com os outros países da Ásia agora em processo de *catching up* econômico.

A década de 1980 representou o ápice do desenvolvimento na Ásia: as relações entre os países da região foi ampliada, com o Japão na liderança desse movimento; a China emergia, discreta mas continuamente; havia uma maior participação da Ásia no comércio mundial. O autor André Cunha (1999) chama este fenômeno de “milagre do Pacífico” e explica:

O Pacífico Asiático seria o maior exemplo de como a combinação de uma gestão macroeconômica prudente, da abertura dos mercados e da intervenção limitada do Estado no processo de acumulação geraria as condições propícias para a aceleração do crescimento (CUNHA, 1999, p. 161)

Porém o milagre econômico acabaria no começo da década de 1990. O primeiro a ser atingido pela crise foi o Japão, ainda em 1991. Até este ano, seu crescimento era maior do que o dos demais países, mas foi interrompido pelo estouro das bolhas especulativas que se acumulavam desde a década de 1980, combinado à um exponencial déficit público e privado (CANUTO, 1999, p.3). Quando, em 1997, a crise financeira atingiu primeiramente Tailândia, e depois Filipinas, Indonésia e Malásia, o Japão ainda tentava reorganizar sua economia, passando pelo sétimo ano de estagnação.

Alexandre Uehara (1997) identifica quatro principais fatores responsáveis pela crise que se espalhou pelo Sudeste asiático, Coreia do Sul e Japão: primeiro, houve um

investimento excessivo na região, devido ao seu rápido crescimento e as esperanças de que o ritmo se manteria; segundo, a debilidade dos sistemas financeiros, semelhante ao caso japonês explicado anteriormente, entre dívidas públicas e a sobrevalorização de ativos, principalmente no setor imobiliário; terceiro, as taxas de câmbio fixas as quais os países insistiam em manter; e quarto, a perda de competitividade das economias do Sudeste, frente aos produtos chineses e japoneses, principalmente (UEHARA, 1997, p. 4). Os produtos japoneses também viriam a perder competitividade, devido à desvalorização do iene em 1995, levando à uma queda vertiginosa das exportações no Japão.

Buscando solucionar a crise, os países asiáticos pedem ajuda ao FMI. Eles se deparam, no entanto, com recomendações que vão além dos aspectos econômicos, influenciando medidas políticas dos países afetados pela crise e que por fim agravaram a situação dos mesmos. Estes acontecimentos levaram à conclusão de que ambos FMI e Estados Unidos, o qual possuía grande influência sobre a organização, agiram de acordos com interesses próprios, e não possuíam capacidade de tratar com os países asiáticos de forma que os satisfizesse (OLIVEIRA, 1998, p.15).

Além disso, o Japão também foi julgado incapaz, graças à sua ineficiência e inércia para solucionar tanto a crise interna que se iniciou no país desde 1991, quanto a crise regional. Em contraponto, a China, que conseguiu passar pelo tremor financeiro da época sem ser demasiadamente afetada, e que continuou a crescer regularmente, foi colocada novamente em posição de destaque, com suas pretensões para se tornar a potência regional reascendidas (ibidem, p.14).

Por fim, concluiu-se que as organizações de cooperação regional na Ásia, como a ASEAN e a APEC, não tinham a capacidade para impedir ou solver crises como a de 1997-1998 (CAI, 2001, p.11). Era necessário um novo mecanismo na região e, desta vez, ansiava-se por um exclusivamente asiático, sem a presença de atores externos, não apenas pelas desconfianças geradas recentemente, tanto pela crise asiática quanto pelas discussões dentro da APEC, mas também porque se fazia necessário a formulação de uma identidade regional naquele momento.

A ASEAN + 3 se tornaria uma das mais relevantes organizações na época, com sua primeira reunião em 1999. Este mecanismo era formado pelos países membros da

ASEAN⁵ em conjunto com os três países do Nordeste Asiático: China, Coreia do Sul e Japão. Ainda em 1997, ambos China e Japão estavam presentes em reuniões da ASEAN, em uma tentativa de melhorar suas relações com os vizinhos do Sudeste. Após a crise financeira asiática e o clima de insatisfação que se instalou na região, a ideia de incluir os países do nordeste na ASEAN foi aceita, esperando-se reforçar os laços entre eles para evitar turbulências futuras.

Esta nova organização teria a complexa tarefa de reunir os principais países do Leste Asiático, os quais compartilhavam uma história de ressentimentos e conflitos. Mesmo após as tentativas de cooperação na região, estes países ainda hesitavam em formar uma integração muito profunda. A recente ascensão da China e relativo declínio do Japão aumentava a tensão entre eles, e como principais países do Leste da Ásia, dependia deles o futuro da nova organização.

Entretanto, o relacionamento entre China e Japão não era o único obstáculo no caminho da ASEAN + 3. Como dito anteriormente, todos os países participantes deste mecanismo possuíam ressalvas para com os vizinhos. Ao mesmo tempo, porém, diversos acordos bilaterais também foram firmados entre eles, o que dificultaria não apenas o trabalho da ASEAN + 3, mas de qualquer outro organismo de cooperação que existisse na Ásia. Por fim, mas não menos importante, os Estados Unidos discordavam da criação de uma organização exclusivamente asiática, pois, além de os excluïrem de qualquer tipo de acordo que pudesse surgir deste mecanismo, também arriscavam perder poder de influência na região, principalmente em face da ascensão chinesa.

2.6 O século XXI e os novos acordos de cooperação regional

A virada do século revelou novas realidades para o mundo, com a evolução cada vez mais rápida das tecnologias principalmente de comunicação, o aprofundamento da interdependência entre as nações e a emergência de uma nova potência econômica, a China, com previsões de que logo viria a superar os Estados Unidos e tomaria seu lugar como *hegemon* mundial. A posição da China como centro econômico beneficiou toda a Ásia, colocando-a também em posição de destaque em relação ao resto do mundo. Estas novas configurações, mundiais e/ou regionais, influenciaram a criação de novos organismos de cooperação na Ásia, com destaque para a Cooperação Trilateral (TC) entre

⁵ Os dez países membros da ASEAN: Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Tailândia e Vietnã.

Japão, Coreia do Sul e China, a Parceria Transpacífico (*Trans-Pacific Partnership – TPP*), liderado anteriormente pelos EUA, e a resposta chinesa à essa proposta, a Parceria Econômica Regional Abrangente (*Regional Comprehensive Economic Partnership – RCEP*).

A Cooperação Trilateral surgiu dentro das reuniões da ASEAN + 3, especificamente em 1999, em ocasião de uma reunião informal entre os três países do nordeste asiático. Mesmo informal, o encontro foi realizado com o entendimento das importantes relações entre China, Japão e Coreia do Sul até aquele momento, cooperação esta de grande influência sobre o futuro de toda a região asiática. Apesar de iniciadas as conversas ao fim do século XX, apenas em 2008 o TC ganhará *status* independente, quando foi estabelecido um secretariado oficial em Seul (PIECZARA, 2012, p.4)

Porém, bem como ocorria dentro das reuniões da ASEAN + 3, não havia consonância entre os interesses dos três países, e entre eles e a organização. Enquanto China buscava um alinhamento da ASEAN com as suas políticas, o Japão tentava equilibra-la, gerando uma competição entre eles, não uma cooperação (ibidem, p.9). Dessa forma, as negociações para a Cooperação Trilateral evoluíram lentamente desde sua concepção.

O acordo do TPP garante diversas vantagens aos países asiáticos: 1) a liderança dos Estados Unidos nas negociações de um bloco comercial; 2) a participação de países de ambos os lados do Oceano Pacífico; 3) todos os envolvidos com as discussões do TPP fazem parte da APEC, o que poderia facilitar a conquista de uma área de livre comércio na região, uma das metas do *Bogor Goals*; 4) o anúncio de que o Japão se juntaria às negociações em 2012 eleva a importância do acordo e atrai a atenção de outros países do Leste Asiático (CHEONG, 2013, p.3). Por outro lado, o TPP pode representar mais uma ferramenta na disputa hegemônica na Ásia entre China e Estados Unidos, dado que a primeira não foi convidada para participar da parceria, enquanto os EUA lidera as negociações, posição esta que garantiria dominância sobre a região caso o acordo fosse fechado (idem).

O TPP foi resultado da expansão de um acordo feito em março de 2006 entre Brunei Darussalam, Chile, Nova Zelândia e Singapura, para estabelecimento de uma área de livre comércio entre os quatro, chamado de Pacífico-4 (*Pacific-4, P4*). Em 2008, outros cinco países (Estados Unidos, Austrália, Malásia, Peru e Vietnã) expressaram seu interesse em

participar do acordo. Neste momento, os nove países agora envolvidos decidiram mudar o nome para Parceria Transpacífico – TPP (ibidem, p.4)

Em 2011, Japão, Canadá e México publicamente declaram suas intenções de participarem do TPP. O Primeiro Ministro japonês na época, Naoto Kan, considerava a presença do país neste acordo como a terceira abertura japonesa, comparável às mudanças ocorridas durante a Revolução Meiji e o período pós-Segunda Guerra Mundial (TERADA, 2012, p.1). O país enfrentava críticas pelo seu posicionamento frente à cooperação regional desde a crise asiática, situação esta agravada pela ascensão chinesa. Participar do TPP garantiria ao Japão uma posição de destaque, como uma das maiores economias presentes, além de demonstrar a iniciativa e interesse do país para com o desenvolvimento da região.

Os interesses dos Estados Unidos para com o TPP podem ser colocado apenas como plano de contenção da China (CHEONG, 2013, p.12). O crescimento chinês foi maior e mais rápido do que o previsto, levando pouco mais de uma década para que fosse considerada uma das maiores economias do mundo e, portanto, relevante ator internacional. Sua influência cada vez maior sobre diversas regiões do mundo, e não mais apenas sobre questões econômicas, mas também políticas, inquieta os Estados Unidos e demais países os quais não desejam passar por uma hegemonia chinesa. Por não ter sido convidada para participar do TPP, a China investe em acordos comerciais próprios, como a RCEP e a Cooperação Trilateral. Nesta direção, a Ásia será forçada a dividir-se em dois blocos, um liderado pelos EUA e outro pela China, a menos que o TPP opte pelo regionalismo aberto, evitando que a China seja excluída das novas configurações comerciais, o que, por fim, contribuiria para a integração regional na Ásia (ibidem, pag.22).

Ashley Tellis (2015, p. 98-107) defende quatro possíveis estratégias as quais os Estados Unidos poderiam tomar em relação à China: 1) “deixá-la por conta própria” (em inglês *Leave Well Alone*), colocando o crescimento chinês como fenômeno natural e, portanto, não-prejudicial aos interesses dos EUA, noção equivocada, pois as pretensões chinesas são em sua maioria contrárias aos desejos estadunidenses; 2) “fazer um acordo” (em inglês *Let's Make a Deal*), supondo uma parceria entre ambos os países, garantindo uma administração conjunta da ordem internacional, plano que esbarra, porém, no fato de que vários países, principalmente na Ásia, não desejam uma hegemonia chinesa; 3) “conter o sucesso chinês” (em inglês *Constrain Chinese Success*) através da união de todos

os aliados dos EUA para limitar a conexão da China com polos econômico através do mundo, estratégia impraticável, dado não apenas o atual *status* de livre acesso à quase todos os mercados, mas também a necessidade que se coloca através da complexa interdependência presente atualmente na ordem internacional de trocas comerciais entre os países.

A quarta e última estratégia, “vamos correr mais rápido” (em inglês *Let's Run Faster*) foi a escolhida pelos EUA e garante a continuidade do sistema internacional atual, mesmo que este ajude o crescimento chinês, porém com a intenção de expandir áreas de influência já existentes. Para alcançar este objetivo utilizam-se os processos de integração regional e, atualmente, dois acordos relevantes para os interesses estadunidenses: a Parceria Transatlântica para Comércio e Investimentos (*Transatlantic Trade and Investments Partnership* – TTIP) e a Parceria do Transpacífico (TPP) (ibidem, p.107)

Ambos TTIP e TPP foram acordos de comércio enfatizados durante o governo de Barack Obama e configuravam-se como grandes parcerias para facilitação do comércio entre os Estados Unidos para com a Europa e Ásia, respectivamente. As expectativas sobre o TTIP eram maiores do que sobre o seu companheiro asiático, não apenas pelo eixo comercial EUA-União Europeia ser o mais ativo do mundo, mas também pela maior facilidade de negociação entre essas duas regiões, quando comparada com os diálogos entre os Estados Unidos e os países asiáticos. O TTIP pode ser considerado mais vantajoso do que o TPP, pois, se firmado, representaria o maior acordo comercial do mundo, com a probabilidade de englobar futuramente também aspectos políticos e de segurança, dada as relações atuais entre os países envolvidos (ibidem, p.109-110)

A resposta chinesa aos planos dos Estados Unidos envolvendo o TPP e o TTIP foi reforçar as negociações quanto à Cooperação Trilateral com Japão e Coreia do Sul e lançar sua própria proposta de cooperação regional, a Parceria Econômica Regional Abrangente (*Regional Comprehensive Economic Partnership* – RCEP). As negociações para o RCEP foram lançadas oficialmente em 2012, durante a reunião da ASEAN no Camboja, envolvendo os dezesseis países da ASEAN + 6⁶. A proposta da RCEP é de aumentar e reforçar os laços entre os participantes através do livre comércio, esperando-se grande impacto uma vez estabelecido o acordo, já que conta com a participação de

⁶ Os dez países membros da ASEAN (Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Tailândia e Vietnã) e os seis seguintes: Austrália, China, Coreia do Sul, Índia, Japão e Nova Zelândia.

grandes economias mundiais e de largas proporções populacionais, como no caso da China e Índia. O fato de os EUA não fazerem parte da RCEP, e da China não estar presente no TPP, garante um caráter de competição entre as duas propostas (XIAO, 2015, p.6)

Entretanto, a saída dos Estados Unidos do TPP dificulta a finalização do acordo, apesar dos demais 11 signatários sinalizarem suas intenções de continuarem com as negociações⁷. Como dito anteriormente, tanto o TPP quanto o TTIP foram parte integrante da política do ex-Presidente Obama, mas, durante as corridas eleitorais de 2016, os candidatos à presidência tanto do partido Republicano quanto do Democrata já posicionavam-se contra as propostas. O candidato eleito Donald Trump acreditava que ambos os acordos eram prejudiciais para o setor industrial nacional e para os trabalhadores estadunidenses. Dessa forma, em 20 de janeiro de 2017, sua primeira semana no escritório presidencial, Trump assinou a retirada dos Estados Unidos do TPP, demonstrando suas intenções de fazer o mesmo com o TTIP⁸. Consequentemente, esperase um reforço das negociações da RCEP pela China e a busca do Japão pelo estabelecimento do Acordo Trilateral com os chineses e coreanos.

3. SEGUNDO CAPÍTULO: A ESTRATÉGIA JAPONESA

3.1 A introdução da geopolítica no Japão

A definição da política de um país depende diretamente das movimentações dentro e fora do seu território. Observar a evolução do posicionamento de um Estado é analisar sua adaptação a alterações nacionais e mundiais. A política externa, então, deve ser um balanceamento entre os objetivos do governo nacional e a disposição dos demais países do mundo, levando também em consideração os interesses dos seus aliados.

O século XX foi marcado pela sua dinamicidade e principalmente pelas mudanças na ordem internacional, garantindo um caráter global às atividades políticas, econômicas e culturais. O Japão passa pelos mesmos processos, com a constante mudança de seu *status* no cenário regional, primeiro como uma nação imperialista e dominante na Ásia,

⁷ Ver mais em: EBUCHI, Tomohiro; YASOSHIMA, Ryouhei. The TPP 11 agree to move forward with minimal tweaks. *Nikkei Asian Review*. 20 de julho de 2017. Disponível em: <<https://asia.nikkei.com/magazine/20170720/Politics-Economy/The-TPP-11-agree-to-move-forward-with-minimal-tweaks?page=1>> Acesso em 29 de julho de 2017.

⁸ O'GRADY, Sean. By scrapping TPP and TTIP, Trump has boosted American jobs in the short term – and destroyed long term in long term. *Independent*. 24 de janeiro de 2017. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/voices/donald-trump-trade-deals-tpp-ttip-american-business-workers-boost-short-term-destroy-long-term-a7543706.html>> Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

até a Segunda Guerra Mundial, quando foi derrotado e ocupado pelos Estados Unidos, mas depois utilizado como exemplo de reconstrução e desenvolvimento econômico e disputando a posição de líder regional.

Dessa forma, para compreender o posicionamento estratégico atual do Japão e dos demais países ao qual ele se relaciona, principalmente em um contexto de cooperação regional, deve-se levar em consideração a evolução histórica sofrida no país, a partir do momento em que sua visão do sistema internacional começa a se transformar. Esse período se inicia em 1865, com a sua abertura para o comércio e aproximação com o Ocidente e com as teorias já existentes de relações internacionais, passando por ambas Guerras Mundiais, evoluindo para as suas políticas econômicas pós-1945, o declínio sofrido com a crise asiática ao fim da década de 1990, a qual representou um ponto de ruptura com as políticas anteriores, e finalizando nos desafios atuais para o Japão e seus planos de cooperação econômica na Ásia.

O fim do isolamento japonês em 1865 representou um momento de profundas transformações no país. O modelo ocidental de produção industrial e bélica foi aplicado no Japão com o intuito de modernizá-lo e colocá-lo no mesmo patamar das grandes potências do Oeste. A nova organização militar japonesa foi testada e aprovada através da vitória do país durante a Primeira Guerra Sino-Japonesa, em 1894 e 1895, e a Guerra Russo-Japonesa em 1904 e 1905 (GILES, 2015, p. 3-4). Era o começo da ascensão japonesa.

Porém, apesar de cada vez mais relevante no cenário regional, o Japão não estava familiarizado com as teorias já existentes das relações internacionais. Até o romper da Primeira Guerra Mundial esses conceitos eram ignorados no país e a área de estudos sobre Ciência Política inexistente (MALAFAIA, 2016, p.3). Com o passar dos anos, estas noções foram fabricadas principalmente com base em conceitos estrangeiros, em especial da Alemanha. Duas ideias devem ser destacadas, pela importância que teriam na formação da política externa japonesa nos anos seguintes. A primeira era a de *Staatslehre*, com foco no Estado, na formação militar e estratégica (SHIMIZU, 2016, p.3). A segunda era a ideia de *Grossraumwirtschaft*, ou de criação de uma área de livre comércio controlada por apenas um Estado (MIMURA, 2011, p.2). Ambos conceitos são base para compreender a ideologia de superioridade japonesa e sua tentativa de controlar a Ásia, aplicada até o fim da Segunda Guerra Mundial.

A união dos japoneses aos Aliados garantiu-lhe uma cadeira na Liga das Nações, com o término da Primeira Guerra, além de grande parte dos territórios anteriormente

ocupados pela Alemanha na Ásia, concedidos ao Japão através do Tratado de Versalhes. Todos estes fatores ampliaram o pensamento de superioridade japonesa, o qual, por sua vez, alimentou as ações imperialistas do país a partir da década de 1920, um período marcado pela dominação japonesa sobre os vizinhos.

Após as dissonâncias dentro da Liga, a saída do Japão da organização e a crise de 1929, a qual teve seu impacto na economia japonesa, o mesmo retomou sua aliança com a Alemanha, compartilhando os ideais de ultranacionalismo e dominação sobre outros povos. As vitórias do Império Alemão sobre a França tiveram impacto sobre suas colônias no Sudeste Asiático, as quais estavam desprotegidas e desorganizadas, facilitando o projeto de expansão japonês. Quando publicada em 1940 a proposta para criação da Esfera de Co-Prosperidade do Grande Leste Asiático incluiu não apenas as áreas do Nordeste da Ásia, mas também o Sudeste, o leste da Sibéria, Austrália, Índia e algumas ilhas do Oceano Pacífico (MIMURA, 2011, p.1).

As dimensões desta proposta demonstravam que a mesma era o instrumento o qual o Japão utilizaria para mostrar o seu *status* como líder da Ásia para as nações do Ocidente. A guerra do Pacífico era uma guerra ideológica entre os arquitetos da nova ordem geopolítica fascista e os defensores da velha ordem capitalista e liberal, e o primeiro passo para construção de uma região autossuficiente, avançada tecnológica e economicamente – uma *Grossraumwirtschaft*. Para garantir o sucesso dessa nova ordem regional, a sociedade japonesa deveria se adaptar “[...] de acordo com ideais fascistas, substituindo partidos políticos por partidos das massas, subordinando interesses comerciais aos interesses do Estado, e trocando a consciência das classes pela consciência nacional” (ibidem, p. 2, tradução nossa)⁹. Essas medidas estão intimamente relacionadas ao conceito alemão de *Staatslehre*.

A estratégia japonesa era de subordinação das demais nações da Ásia e expulsão dos estrangeiros deste território. Existia o pensamento de que o Japão seria bem sucedido nesta empreitada pois acreditava-se que além do fator econômico, a capacidade humana e espiritual eram igualmente importantes na formação do poder nacional (ibidem, pag.4). A taxa constante de crescimento populacional, a competência dos intelectuais japonesas, principalmente dos setores científico e tecnológico, e a solidez da economia e do exército

⁹ “[...] along fascist lines by replacing political parties with a state mass party, subordinating commercial interests to state interests, and replacing class consciousness with national consciousness.” MIMURA, 2011, p.2.

davam-lhe confiança na implementação de seus projetos e do seu posicionamento na guerra que se iniciava.

Todos estes fatores explicam as ações japonesas durante a Segunda Guerra Mundial voltadas para a conquista dos territórios vizinhos, resultando em violentos conflitos contra tropas dos países ocidentais e colonizadores, e a ainda mais agressiva ocupação do Japão nas regiões recém apossadas, para garantir a subordinação das populações locais ao Império japonês. Após o fim da Segunda Guerra e a derrota do Japão, estas atitudes serão lembradas pelos países, não apenas da Ásia, mas do mundo todo, e garantirão cautela futuramente ao tratar e analisar as políticas japonesas.

3.2 Pós 1945: a nova política japonesa

Henry Kissinger, em seu livro “*Does America Need a Foreign Policy*”, escreve como, desde 1945, a política externa japonesa transforma-se em intervalos regulares de 15 anos, possuindo dessa forma cinco fases desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Takashi Inoguchi e Paul Bacon se utilizam dessa ideia em 2006 no artigo “*Japan’s Emerging role as a ‘global ordinary power’*” e explicam cada fase da seguinte forma: 1) de 1945 à 1960, houve uma batalha interna entre grupos a favor e contra a aliança com os EUA; 2) de 1960 à 1975 o Japão esteve empenhado principalmente em aplicar a chamada Doutrina Yoshida, de cunho pró-Estados Unidos; 3) de 1975 à 1990 foi o período de emergência do Japão como suporte no sistema internacional dos EUA; 4) entre 1990 e 2005 o Japão perseguiu seus planos para se colocar como um poder civil global; 5) e, por fim, a partir de 2005 até 2020, os planos japoneses são de transformar-se em um poder normal global (INOGUCHI; BACON, 2006, p.2).

Estas análises são feitas com base na política externa japonesa e relacionando com estudos de segurança internacional. Quando se observa as mesmas políticas, mas voltadas para a cooperação, principalmente regional, alguns acréscimos devem ser feitos, como por exemplo o exame de medidas econômicas e acordos bi e multilaterais. Dessa forma, podemos reorganizar as fases da seguinte forma: 1) de 1945 à 1970 houve um período de reconstrução econômica, com os aspectos de segurança em segundo plano, de acordo com a Doutrina Yoshida; 2) de 1970 à 1985 o Japão tenta se aproximar dos vizinhos através dos primeiros ensaios de cooperação regional; 3) 1985 ao fim do século XX como o período de declínio econômico japonês, com a crise interna em 1991 e posteriormente a crise financeira asiática em 1997; 4) e a partir de 2000, novamente um período de

reorganização da economia japonesa e com a cooperação regional aliada às discussões de segurança na Ásia.

3.2.1 Primeira fase: 1945 – 1970

A derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial provocou vergonha e desonra por parte da sociedade japonesa, sendo posteriormente agravada pela ocupação do país pelos Estados Unidos. Durante sete anos, até 1952, o Japão foi comandado pelo General Douglas MacArthur, estadunidense, o qual garantiu o governo unilateral dos EUA, impedindo qualquer intervenção dos demais países do bloco dos Aliados, em oposição à situação na Alemanha ocupada, a qual teve seu território dividido em diversas zonas de influência.

O principal objetivo da ocupação era o desarmamento japonês e sua democratização. Em 1947 foi aplicada a nova Constituição japonesa, a qual retirava os poderes de governo do Imperador, garantindo-lhe apenas o poder simbólico e, dessa forma, arruinando quaisquer aspirações imperialistas que ainda restassem no Japão. Além disso, o texto trazia a completa renúncia à guerra, ao direito de beligerância do Estado e à todas as forças militares do Japão.

Ainda em 1946 Shigeru Yoshida é eleito Primeiro Ministro e, frente às novas políticas colocadas pela Constituição e observando o estado da economia japonesa, traça o plano de reestruturação econômica do Japão com base em três princípios: contínua aliança com os EUA, garantindo-lhe a segurança japonesa; ênfase na economia e sua reconstrução; e minimalismo político, mantendo-se afastado de questões político estratégicas internacionais (POTTER, 2008, p.37). Mais tarde, esta proposta seria conhecida como Doutrina Yoshida.

Apesar da resistência de parte da população, a qual se sentia diminuída ante a perspectiva de dependência dos EUA, principalmente quanto à própria segurança nacional, o alinhamento apresentado pelo Primeiro Ministro foi seguido pelo governo nos anos posteriores. Porém, apenas a partir de 1952, com o Tratado de São Francisco entre Japão e as forças dos Aliados, o qual oficializou o fim da Segunda Guerra Mundial e garantiu o retorno da soberania japonesa, o país teve a liberdade de aplicar medidas de reconstrução econômica.

Os anos que se seguiram foram marcados pelo rápido crescimento não apenas do Japão, mas de várias outras nações da Ásia, principalmente da região sudeste. Explicações para este fenômeno convergem para a aplicação do modelo conhecido como “revoada dos

gansos” (em inglês *flying geese pattern*), cunhado por Kaname Akamatsu na década de 1930. Na época, cercado por ideologias ultranacionalistas, o setor acadêmico japonês foi forçado a escrever estudos politicamente relevantes ao crescimento do país (MALAFAIA, 2016, p.4). Um dos mais importantes foi o modelo de desenvolvimento econômico de Akamatsu.

O professor Kiyoshi Kojima (2000, p. 376) explica que o modelo dos gansos se baseia em um processo de *catching up* das nações menos industrializadas para alcançar o nível das mais desenvolvidas. Akamatsu explica:

“O modelo da revoada de gansos de desenvolvimento industrial denota o desenvolvimento depois que a economia de países menos avançados entra em um relacionamento econômico internacional com países avançados”¹⁰ (ibidem, p. 377, tradução nossa).

Para o funcionamento deste modelo, seria necessário um líder, o qual transmitiria o padrão de desenvolvimento industrial para aqueles que o seguem. Esta estrutura remonta à imagem de gansos em revoada, em um padrão de voo em formato de um “V”, com apenas um animal à frente, liderando os demais. O estudo desenvolvido por Akamatsu colocava o Japão como líder do grupo.

O modelo básico formulado por Akamatsu possui três fases (ibidem, p. 377-379). Em um primeiro estágio, quando um país menos desenvolvido penetra na economia internacional, ele exporta produtos primários, os quais ainda são sua especialidade, e importa bens industriais para consumo dos países mais avançados. Durante a segunda fase, este país deve começar a fabricar os produtos que importa, com o mercado doméstico como alvo, para garantir que a produção nacional seja rentável. Ao mesmo tempo a importação de produtos manufaturados declinará, mas a importação de máquinas para a indústria nacional iniciará. Na terceira e última fase, este país começará a exportar bens de consumo, evoluindo o nível de sua produção de doméstica para em massa.

Além deste padrão, o modelo dos gansos permite a diversificação ou pluralização dos produtos e indústrias, de duas formas: um processo interno, com a emergência de novos produtos dentro de uma mesma indústria; ou entre as indústrias, com o surgimento de uma completamente nova (ibidem, p. 379). Ainda em adição ao modelo básico da “revoada dos gansos” e do explicado anteriormente, de diversificação, existe um terceiro

¹⁰ “The wild-geese-flying pattern of industrial development denotes the development after the less-advanced country’s economy enters into an international economic relationship with the advanced countries” AKAMATSU, 1962, pag.11. in: KOJIMA, 2000, p. 377.

padrão, acrescido por Akamatsu apenas no período pós-guerra: o modelo de transmissão regional.

Caracterizado como um processo de alinhamento internacional, Akamatsu explica: após o terceiro estágio, a indústria de bens de consumo já se encontra homogênea, passando de país menos avançado para mais. Dessa forma, na quarta fase, a exportação de bens de consumo diminuiria, pois estes já estão sendo produzidos em países menos desenvolvidos, e os bens de capital, produzidos domesticamente, começam a ser exportados. Esta é a forma sugerida pelo modelo da “revoada dos gansos”, com o alinhamento dos países menos desenvolvidos atrás das nações de indústrias avançadas (ibidem, p. 382).

Algumas críticas (ibidem, p. 392-393) surgiram ao modelo da “revoada dos gansos”, a primeira fazendo uma comparação entre este modelo e o projeto da Esfera de Co-Prosperidade do Grande Leste Asiático, da década de 1940. A ideia do Japão liderando o desenvolvimento econômico dos demais países da região levantava suspeitas de um plano para que o mesmo pudesse estabelecer sua hegemonia, através da cadeia hierárquica a qual seria criada. Entretanto, o modelo dos gansos garante benefícios a todos os participantes, ao contrário da proposta da Esfera de Co-Prosperidade, além de colocar o Japão não em posição de autoridade, mas de “pacificador” econômico. Outra crítica era de que o modelo e a sua estratégia de crescimento através de investimentos estrangeiros criava grande dependência entre os países. Esta crítica se provou correta alguns anos depois, com a crise financeira asiática. Entretanto, na época, o desenvolvimento de vários países da Ásia se deu pela sua abertura a investimentos de países do mundo inteiro.

Baseado no modelo de Akamatsu e reforçado pela eficiência do governo, grandes investimentos no setor privado e pela ética do trabalhador japonês, o país viveu durante a década de 1960 o que mais tarde seria chamado de “milagre econômico japonês”, devido as altas taxas de crescimento (em média, 8% ao ano) e chegando em 1970 ao posto de segunda maior economia do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos¹¹.

3.2.2 Segunda fase: 1970-1985

A década de 1970 representou o começo da organização da nova ordem mundial que se instalaria após a Guerra Fria. Saraiva (2007, p.231-232) identifica quatro

¹¹ Ver mais em: Embaixada do Japão no Brasil. Economia do Japão em uma Era de Globalização. Economia. Disponível em: <<http://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/economia.html>> Acesso em 29 de maio de 2017.

fenômenos que fizeram dessa década um marco histórico: a) a détente que se estabeleceu entre as duas grandes potências da época, Estados Unidos e União Soviética; b) os novos atores do sistema internacional e, conseqüentemente, a diversidade de interesses que surgiram; c) a construção na nova Ordem Econômica mundial, em torno dos países conhecidos como Terceiro Mundo, e o movimento originado pela maioria deles, o dos Países Não Alinhados; e d) as crises econômicas, tanto financeiras, na forma do fim do sistema de Bretton Woods, quanto energéticas, com os primeiros choques do petróleo.

Na Ásia, o Japão gozava da sua posição como maior economia regional e confiava no modelo da “revoada de gansos” para garantir a continuação deste desenvolvimento. Entretanto, os países vizinhos encontravam-se receosos quanto à política econômica japonesa e seu crescimento, baseados na recente tentativa imperialista do Japão, durante a Segunda Guerra Mundial, e a sua primeira proposta de cooperação regional, a Esfera de Co-Prosperidade do Grande Leste Asiático.

Para solucionar este problema e adquirir a confiança dos demais países asiáticos, o Japão utiliza-se de duas ferramentas: os fóruns econômicos criados na época, PAFTAD, PBEC e PECC, e a adoção da Assistência Oficial ao Desenvolvimento, um programa de ajuda a países necessitados (MALAFAIA, 2016, p.11), penetrando economicamente os países da Ásia. Além disso, os novos fóruns permitem não apenas a aproximação entre intelectuais e empresários dos países participantes, mas também o aprofundamento das discussões sobre cooperação regional. Ademais, a presença de países do Pacífico expande a esfera de relacionamentos dos países asiáticos, garantindo o envolvimento de nações como Austrália e Nova Zelândia em diversos outros mecanismos criados posteriormente para cooperação econômica regional. Por fim, é a partir deste momento que as relações entre Japão e Austrália fortalecem-se, esta que será uma relevante parceria para o futuro da integração econômica na Ásia.

Por outro lado, desde o começo da década de 1970 a economia dos Estados Unidos passava por dificuldades. O fim do sistema Bretton Woods deveria ser uma solução, porém a balança comercial estadunidense encontrava-se em déficit e o dólar ainda supervalorizado no mundo. Além disso, os maiores beneficiados desta situação eram países asiáticos, em especial o Japão, graças às suas numerosas exportações para os EUA. Quando Ronald Reagan assume a Presidência dos Estados Unidos em 1980, ele inicia um processo de pressão política para mudar este *status* comercial, o qual culmina no chamado Acordo de Plaza, em 1985.

Este Acordo foi uma negociação entre os países do chamado G-5 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Reino Unido) para solucionar os desequilíbrios comerciais nas balanças de vários países, na sua maioria ocidentais. Porém, o real objetivo era abolir as discussões protecionistas que se instalavam nos Estados Unidos e iniciar o processo gradual de desvalorização do dólar. O Acordo forçou, por sua vez, uma supervalorização do iene, reduzindo o crescimento econômico japonês e contribuindo para o surgimento da crise interna de 1991 e para o breve desgaste das relações entre o Japão e os Estados Unidos (TAVARES, 1996).

3.2.3 Terceira fase: 1985 – 2000

Em 1989 foi criado oficialmente o fórum de Cooperação Econômica da Ásia Pacífico, a APEC, primeira organização de caráter oficial para cooperação regional. O Japão configurava-se como principal candidato à liderança da APEC, não apenas por ser um dos responsáveis pela sua concepção, mas também por ser a economia mais importante da região, resultado das políticas e estratégias japonesas das últimas décadas, as quais lhe garantiam uma posição privilegiada frente aos vizinhos.

Contudo, em 1991 a crise financeira japonesa atrasa o seus planos para com a Ásia. Consequência do Acordo de Plaza e da decorrente supervalorização do iene, forma-se na economia japonesa uma bolha especulativa, a qual estoura no começo da década de 1990, retraindo sua economia. Acrescenta-se a este momento o fim da Guerra Fria e da União Soviética, e o posterior esfriamento dos investimentos dos Estados Unidos ao Japão (MALAFAIA, 2016, p. 12), agora que não era imperativa a presença de um aliado na Ásia. Ademais, a década de 1990 representa o começo da ascensão chinesa, já observada pelo Japão e pelos EUA.

Em meio a este cenário, o Japão toma para si o papel de líder asiático, utilizando-se da APEC para fixar sua posição. As reuniões de 1993, em Seattle, e 1995, em Osaka, são marcos sobre as discussões integralistas na Ásia pois representam não apenas a primeira tentativa de criar uma área de livre comércio na região, mas também pelo debate protagonizado por Estados Unidos e Japão quanto ao modelo de cooperação a ser praticado, colocados como o modo Ocidental e o Oriental (GUTIÉRREZ, 1997, p.6).

Ambos Estados Unidos e Japão compartilham objetivos na região da Ásia Pacífico (ORTBLAD, 1996, p.3). Eles desejam o acesso aos mercados asiáticos, o fortalecimento de suas instituições e, principalmente, a estabilidade da sua posição como potência na Ásia. Entretanto, há também diferenças, especialmente nas suas abordagens. Durante a

reunião em Seattle, os Estados Unidos tomaram a frente das discussões e conseguiram a promessa de criação de uma área de livre comércio na Ásia, continuando as discussões no ano posterior, em Bogor.

Mais tarde, os países asiáticos acusariam os EUA de apoderar-se da reunião de 1993, com o propósito de focar apenas na agenda comercial, favorecendo seus próprios interesses (ibidem, p.2). Liderada pelo Japão, a reunião de 1995 na cidade japonesa de Osaka deveria reorganizar a agenda da APEC, desacelerando o processo de liberalização comercial e seguindo o modelo asiático, ou *Asian way*. Esta aliança entre os países asiáticos só foi possível pelo realinhamento da política externa japonesa com a sua própria região. Dado os acontecimentos recentes (a assinatura do Acordo de Plaza e os debates em reuniões da APEC), explicados anteriormente, o Japão decidiu afastar-se da influência estadunidense, a qual seguiu durante todo período de Guerra Fria, e comprometer-se com os interesses da Ásia.

No entanto, o fim da década de 1990 vem acompanhado por uma nova crise financeira que atinge vários países da Ásia. Esta crise mostra a fragilidade do sistema econômico asiático, sua interdependência e a incapacidade do Fundo Monetário Internacional de intervir e auxiliar os países asiáticos (KAWAI, 2015, p.3). Era necessária a criação de mecanismos de fortalecimento econômico regional, os quais pudessem substituir as organizações inaptas em funcionamento. Para tal, certas iniciativas como a ASEAN + 3 seriam a base para as novas relações que se tencionavam entre os países da Ásia.

Os Acordos de Plaza, a estagnação econômica e a posterior crise financeira asiática facilitaram a internacionalização das empresas japonesas durante as décadas de 1980 e 1990. A Organização Mundial do Comércio passava a funcionar como instrumento para processos envolvendo questões comerciais, e não mais na regulamentação das tarifas globais. Todos estes fatores incentivaram o Japão a buscar acordos de livre comércio regionalmente, em um cenário em que apenas ele e a Coreia do Sul não possuíam concertos desta natureza, até o momento (WATSON, 2012, p. 8-9).

O novo século viria, então, representar uma mudança no comportamento japonês, passando de uma postura passiva para uma ativa (MULGAN, 2015, p. 20). A motivação por trás desta transformação vinha não apenas do exemplo regional e mundial, com a tendência cada vez maior por tratados bi e multilaterais de facilitação comercial, mas também da própria compreensão japonesa dos benefícios alcançados através destas ferramentas, principalmente para seus interesses econômicos.

3.2.4 Quarta fase: 2000 – dias atuais

A virada do século inicia uma nova fase da estratégia japonesa quanto à cooperação regional e seu papel na Ásia. A partir deste momento, tanto abordagens bi quanto multilaterais serão utilizadas, com um aumento exponencial no número de acordos de livre comércio bilaterais e o surgimento de vários ensaios de cooperação regional entre países da Ásia Pacífico.

Alguns destes mecanismos surgiram logo após a crise econômica de 1997, como forma de prevenir outro choque financeiro e solucionar problemas ilustrados pela mesma, mas oficializados apenas durante os anos 2000. As reuniões da ASEAN + 3 facilitaram a construção e debate de várias propostas para cooperação regional, das quais a maioria defendia a participação exclusiva de países asiáticos. Entre estas pode-se destacar a Iniciativa de Chiang Mai (*Chiang Mai Initiative*), um sistema de suporte líquido do Leste Asiático com o objetivo de diminuir, conter ou administrar crises econômicas na região (KAWAI, 2015, p. 12). A Iniciativa foi lançada ao mesmo tempo do Diálogo Político e Revisão Econômica (*Economic Review and Policy Dialogue*), um mecanismo de vigilância econômica e política regional, o qual foi integrado à Iniciativa no ano de 2005. Ambos sofreram grandes investimentos nesta época, culminando com a multilaterização da Iniciativa em 2007. Esperava-se que o sucesso da Iniciativa facilitasse a criação de uma Organização Monetária Asiática ou de um Fundo Monetário Asiático, ambas propostas barradas principalmente pelos Estados Unidos e pelo Fundo Monetário Mundial (FMI).

Outro mecanismo bem sucedido e estabelecido durante o começo do século XXI foi a Cúpula do Leste Asiático (*East Asia Summit*). Derivada da ideia de criação de um Grupo do Leste Asiático, proposta em 1991 pelo então Primeiro Ministro malaio Mahatir Mohamad, a Cúpula começou a ser discutida em 2002 com a publicação de um relatório do Grupo de Estudos do Leste Asiático sugerindo a criação de uma organização envolvendo os países da ASEAN + 3 e voltado para o desenvolvimento da Ásia. Durante a reunião de 2004, os membros da ASEAN + 3 concordaram com a fundação da Cúpula. Entretanto, o intenção inicial de ser uma instituição voltada para o Leste da Ásia foi dissolvida, pois Austrália, Índia e Nova Zelândia já faziam parte dos dezesseis membros originais e, durante a 6ª reunião da Cúpula em 2011, Estados Unidos e Rússia também se uniram ao grupo (TANAKA, 2006, p. 51)

Todas estas propostas possuem semelhanças, principalmente pela sua origem em reuniões da ASEAN + 3, mas também por fortalecerem as discussões em torno da criação de uma Comunidade do Leste Asiático (*East Asian Community*). A proposta de formação de uma Comunidade entre os países da Ásia tomou forma em um relatório do *East Asia Vision Group* em 2001, o qual aconselhava a transformação do Leste Asiático em um grupo baseado na confiança mútua e cooperação, com sugestões sobre como alcançar este *status* em vários setores, como o econômico, financeiro, político, de segurança e sociocultural (EAVG, 2001, p. 2).

Em 2002, o então Primeiro Ministro japonês Junichiro Koizumi fez um discurso em Singapura, enquanto visitava países da ASEAN. Em sua fala ele insistia em uma cooperação entre o Japão e os países da ASEAN, pedindo o seu reforço especialmente em momentos de tensão na região, como durante a crise financeira de 1997, com áreas específicas as quais deveriam ser trabalhadas no futuro. Koizumi também defendia que a cooperação entre Japão e ASEAN deveria se estender aos outros países da região, principalmente do Leste Asiático, cooperação esta que levaria à formação de uma comunidade a qual superaria as diferenças étnico-culturais e históricas em favor do avanço coletivo e harmônico¹².

Para alcançar este cenário, Koizumi sugeriu algumas medidas a serem tomadas: primeiramente, a utilização da estrutura da ASEAN + 3 para garantir o desenvolvimento da comunidade; o aprofundamento das relações entre Japão, China e Coreia do Sul, o qual se espera alcançar com as reuniões Trilaterais de seus respectivos líderes; o reforço da parceria econômica na região, com ênfase para as propostas de livre comércio negociadas naquele momento; e a presença não apenas de países da ASEAN e do Nordeste Asiático, mas também da Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos, confiando na contribuição do último na segurança da região. Essa foram características pensadas pelo Primeiro Ministro japonês mas as quais permaneceram como pontos relevantes para a construção da Comunidade do Leste Asiático.

O Japão liderou ou apoiou todas estas iniciativas e instituições em uma tentativa de não apenas colocar-se no cenário regional como uma potência capaz de liderar os projetos de cooperação na Ásia, mas também para criar um espaço estratégico onde fosse possível controlar a China (TAN, 2015, p. 67). Desde a virada do século, o Japão havia escolhido

¹² Ver mais em: KOIZUMI, Junichiro. Japan and ASEAN in East Asia – A Sincere and Open Partnership. Speech by Prime Minister of Japan Junichiro Koizumi. Cingapura. 14 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://japan.kantei.go.jp/koizumispeech/2002/01/14speech_e.html> Acesso em 27 de maio de 2017.

o cenário regional para lidar com suas rivalidades com a China, e por isso vem investindo em acordos bi e multilaterais com diversos parceiros na Ásia Pacífico.

Entre estes acordos, a Parceria Transpacífico se configura como um dos mais relevantes, pois representa uma oportunidade do Japão alcançar os atuais objetivos da sua política econômica e comercial. O país se juntou às negociações do acordo sob o comando do Primeiro Ministro Yoshihito Noda, do Partido Democrático, o qual acreditava que fechar acordos favoráveis de livre comércio era a prioridade do Japão quanto às suas relações exteriores (WATSON, 2012, p.10). Quando Shinzo Abe, atual Primeiro Ministro japonês, assume o escritório, ele continua com os trabalhos junto ao TPP, justificando a necessidade de fortalecer a economia nacional frente à queda da demanda interna, fruto do declínio da natalidade e do envelhecimento da população (MULGAN, 2015, p. 22-23).

Muitos interesses se consolidam com o TPP. O setor industrial (*Keidaren*) espera que o acordo facilite a entrada em mercados de difícil acesso atualmente para produtos japoneses. Neste mesmo sentido, o TPP seria o primeiro acordo de livre comércio o qual o Japão teria com os Estados Unidos. Isso reforçaria os laços entre as duas potências aliadas, bem como daria a oportunidade do Japão de participar do grande mercado consumidor estadunidense.

Além destes benefícios econômicos, as vantagens geoestratégicas também devem ser consideradas. A parceira EUA-Japão seria reforçada sobre as bases de uma presença mais forte dos Estados Unidos na Ásia, ao mesmo tempo em que ambos tentam contrabalancear o crescimento chinês na região. Por fim, a presença do Japão no TPP, a maior economia do grupo excetuando os Estados Unidos, garante a oportunidade do mesmo exercer posição de liderança regional e internacional, um dos seus maiores objetivos desde o declínio econômico e político na década de 1990.

Entretanto, há grupos contrários ao TPP. O maior e mais expressivo é o setor agrícola, o qual desfruta de tarifas protecionistas e subsídios desde a década de 1950, com a política de reconstrução econômica do pós-guerra. Estas políticas foram aplicadas na tentativa de manter funcionando a indústria agrícola tendo em conta os limites do território japonês e o fato de que grande parte dos produtos alimentícios devem ser importados (WATSON, 2012, p.12). Se, em determinado momento, este fornecimento for cortado, o país dependeria apenas da sua produção interna. Entretanto, aqueles a favor do TPP acreditam que o mesmo forçaria uma mudança estrutural positiva na indústria

japonesa, principalmente em setores não-competitivos, como é o caso da agricultura (MULGAN, 2015, p.24).

A Parceria Transpácífico, no entanto, envolve outro ator importante na região e na equação da cooperação na Ásia: os Estados Unidos. Enquanto muitos discursos apontam para a aliança Japão-EUA para contenção da China, outros acreditam que o TPP viria para criar uma área econômica baseada em uma ordem formulada pelos dois, mas a qual aceitaria a presença chinesa, obviamente subordinada a estas regras (GUAN, 2016, p.7). Nesse sentido, o objetivo do TPP seria de impedir que a China criasse uma rede de cooperação regional com suas próprias normas, impedindo ou dificultando a ação tanto japonesa quanto estadunidense.

Na mesma época em que o TPP ganha força no cenário internacional, a China acelera as negociações da Parceria Econômica Regional Abrangente (*Regional Comprehensive Economic Partnership – RCEP*), a qual conta com a presença japonesa, mas não dos Estados Unidos. Da mesma forma, ela retoma discussões sobre a criação de uma área de livre comércio na Ásia Pacífico durante as reuniões da APEC em 2014, 2015 e 2016¹³. Sua estratégia seria a de disponibilizar outras opções além do TPP para o desenvolvimento de zona de livre comércio, uma em que não seria forçada a se submeter a um regime estadunidense. Se, por fim, a China decidisse não se unir ao TPP, esperava-se uma rivalidade entre o mesmo e a RCEP na formulação das regras de comércio e cooperação na Ásia Pacífico (ibidem, p.10).

3.3 Cooperação e Segurança

Durante décadas os países asiáticos trabalharam na criação de uma cooperação econômica e comercial entre eles, em vista de alcançarem seu objetivo comum de desenvolvimento nacional, e superando em alguns momentos obstáculos como os ressentimentos históricos e as diferenças político culturais. Apesar de ainda não configurarem o nível mais alto de integração regional, os países da Ásia Pacífico, através de seus esforços, obtiveram a interdependência econômica a qual garante a continuação dessas relações. Entretanto, questões relacionadas à segurança regional ameaçam o diálogo construído entre os mesmos.

¹³ Ver mais em: HONGGUANG, Lan. China renews call for FTAAP as economic globalization falters. Xinhua News Net. 19 de novembro de 2016. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2016-11/20/c_135843926.htm> Acesso em 25 de maio de 2017.

Após a Segunda Guerra Mundial, diversos problemas ligados à segurança surgiram na Ásia, tanto tradicionais quanto não-tradicionais: proliferação nuclear, construção de armas convencionais, crime transfronteiriço, terrorismo, pandemias, desastres naturais e, mais recentemente, contestações territoriais (WACKER, 2015, p.7). Desde 2008, disputas por ilhas ao Sul e Leste da China ganharam destaque no noticiário internacional por demonstrarem dois problemas graves quando se trata de segurança regional na Ásia: a inexistência de um mecanismo multilateral eficiente para solucionar estes problemas e a capacidade destes conflitos de influenciarem negativamente as relações econômicas formadas entre os países envolvidos.

Quando se trata de segurança, por muito tempo os principais acordos existentes na Ásia eram bilaterais. Os mais importantes eram aqueles entre os Estados Unidos e cinco países da Ásia Pacífico (Japão, Coreia do Sul, Austrália, Filipinas e Tailândia), sistema que ficou conhecido como “*hubs and spokes*”, invocando a imagem de um ponto central (*hub*) e dos eixos conectados à ele (*spokes*) (ibidem, p.12). A administração do ex-Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, deixou clara a intenção de retomar os laços do país com a região da Ásia Pacífico, após o distanciamento no governo Bush, garantindo uma maior dependência dos países asiáticos com os EUA no que tange sua segurança regional. Os principais objetivos estadunidenses ao se inserirem na região são de manter a ordem adquirida, garantir o seu acesso aos mares e territórios e conservar a posição de liderança baseada na sua supremacia militar (SAHASHI, 2011, p.7).

Por outro lado, a maior parte dos organismos e fóruns multilaterais criados na Ásia para tratar de segurança regional foram formados ao redor da ASEAN. Criada sobre três pilares (economia, sociedade/cultura, política/segurança) a ASEAN alcançou um nível de coordenação entre seus países membros maior do que qualquer outra organização na Ásia, o que garante a cooperação e harmonia de seus participantes na maioria das discussões em que estão envolvidos. Dessa forma, há uma facilidade para construir novos organismos a partir da mesma. Alguns deles não tratavam apenas de questões de segurança, como a já citada Cúpula do Leste Asiático (*East Asia Summit*); outros, contudo, foram criados especificamente para estes temas, como o Fórum Regional da ASEAN (*ASEAN Regional Forum - ARF*), a Reunião dos Ministros da Defesa da ASEAN+ (*ASEAN Defense Ministers Meeting Plus - ADMM+*) e o Fórum Marítimo da ASEAN Expandida (*Expanded ASEAN Maritime Forum - EAMF*) (WACKER, 2015, p.28).

Estes organismos, porém, tornaram-se apenas espaços para diálogo entre seus membros, facilitando a formação dos acordos bilaterais que dominam a Ásia, mas sendo criticados principalmente por países ocidentais por não conseguirem solucionar os problemas da região. Alguns dos obstáculos para o total funcionamento destes mecanismos seriam a adoção dos princípios de consenso e não-intervenção, a resistência para tratar de temas sensíveis à segurança regional e de expandir os demais organismos de cooperação já existentes na região para tratar desses assuntos, a desconfiança entre os países asiáticos, a falta de recursos para garantir a segurança da Ásia Pacífico, entre outros (ibidem, p.30).

Aliados à ineficiência destes organismos estão as mudanças ocorridas na balança de equilíbrio da Ásia, principalmente no que se refere à ascensão chinesa. O rápido desenvolvimento da China resultou em uma dependência econômica dos demais países para com a mesma, além da adição de outra potência na política da região. A situação se torna mais complexa graças à rivalidade entre China e Estados Unidos, e as alianças tanto econômicas quanto de segurança entre diversos países asiáticos e os EUA. A forte presença militar estadunidense desagradou os chineses, forçando os países menores da região a procurar um equilíbrio entre os dois. Contudo, a ideia de submeter sua segurança à uma potência ou outra não é bem quista pelos pequenos países da Ásia, e o impasse deste momento faz com que eles se voltem para a formação de uma comunidade regional, incluindo as grandes potências nas organizações multilaterais de segurança previamente citadas, na esperança de que a adição destes países alivie as tensões na região (SAHASHI, 2011, p.5).

O papel do Japão nos diálogos sobre segurança é semelhante àquele sobre questões econômicas: o país procura consolidar sua posição como líder regional através da participação ativa no fortalecimento da cooperação entre os países e na construção de uma comunidade na Ásia. A base da política de segurança do Japão para com a Ásia pode ser delineada pela chamada Doutrina Fukuda. Em meio ao rápido crescimento econômico do país e aos conflitos causados principalmente pelas tensões da Guerra Fria, o Japão ainda era visto com ressalvas pelos vizinhos, herança do passado imperialista mas que faz-se presente até os dias atuais. Para demonstrar a nova era da política japonesa, o Primeiro Ministro Takeo Fukuda, durante sua viagem por países da ASEAN em 1977, faz um discurso em que delimita os três princípios da política de seu país para com o Leste Asiático: o Japão nunca se tornaria uma potência militar e trabalharia para manter a paz e segurança da região; construiria relações baseadas na confiança mútua com os vizinhos;

e trabalharia de forma igualitária com a ASEAN para fortalecer a cooperação regional (TANAKA, 2009, p.2).

Esta foi uma das primeiras tentativas do Japão de reaproximar-se dos vizinhos asiáticos. Aliados a este movimento estariam as ações do Japão em ajudar econômica e financeiramente os países da Ásia. Deve-se destacar a sua participação através da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (*Official Development Assistance – ODA*) para países como República da Coreia, Taiwan e países do Sudeste Asiático, além de financiamento direto estrangeiro feito por burocratas e empresários japoneses à estes países, somado ainda ao apoio japonês às organizações de cooperação regional (PEMPEL, 2005, p.5).

Nos últimos anos o Japão vem dialogando e fechando acordos de cooperação militar com alguns países vizinhos, como Austrália, Filipinas e até Índia (WACKER, 2015, p.18). De grande relevância também é sua parceria trilateral com China e Coreia do Sul, a qual tem como objetivo fortalecer os laços entre os países do Nordeste Asiático. Espera-se destas discussões o apaziguamento dos ressentimentos históricos entre os três, o que facilitaria não apenas o seu comércio, mas também a manutenção da paz na região, tendo em vista a frequente postura agressiva da Coreia do Norte.

Quando Shinzo Abe assume o cargo de Primeiro Ministro, a reorientação da política externa japonesa na direção de temas sobre segurança se torna mais clara. Durante esta época acirram-se os debates sobre a posse das ilhas Senkaku/Diaoyu entre Japão e China, bem como iniciam-se as disputas no Mar do Sul da China, e Abe opta por um alinhamento do Japão com os países do Sudeste Asiático, relaxando sua política de exportação de armas e planejando patrulhas para ajudar seus aliados (ibidem, p.19). O mais importante, contudo, é o objetivo de Abe de normalizar o Japão, reformando a Constituição e retirando ou emendando o artigo 9º, garantindo ao país a possibilidade de reaver suas forças armadas e seu direito de beligerância. Este é um plano controverso, pois tanto nacionalmente quanto no exterior há aqueles opostos à reconstrução militar japonesa, com receio de que o país retome a postura agressiva que possuía até o fim da Segunda Guerra Mundial.

Todos os acontecimentos explicados nos parágrafos anteriores contribuíram para o aumento das discussões sobre segurança na Ásia e provocaram uma mudança de pensamento entre os países asiáticos, notando que o regionalismo o qual eles tentavam construir por via de cooperação econômica necessitava também de uma coordenação política e iniciativas sobre segurança (TANAKA, 2009, p.2). Isto representa uma atitude

inédita dentro de uma região a qual resistia discutir temas persistentes à segurança regional, e uma nova forma de construir uma comunidade no Leste da Ásia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa e análises feitas neste estudo foi possível perceber a evolução de dois fenômenos na Ásia: a origem e o desenrolar dos processos de integração regional asiáticos, os obstáculos enfrentados e os atores envolvidos durante este percurso; e o desenvolvimento da política e das estratégias japonesas, especialmente no que se refere à construção da cooperação na Ásia como forma de atingir seu objetivo final de liderar os países asiáticos.

Observa-se que ambos os fenômenos estão intimamente ligados à própria evolução política e econômica da região onde se inserem. A busca por uma integração na Ásia refletia os interesses daquele momento dos países envolvidos, em determinado tempo objetivando apenas uma cooperação comercial, como forma de auxiliar seus processos internos de crescimento econômico, ou em outras ocasiões, como no cenário atual, onde espera-se um desenrolar nas discussões dentro dos organismos multilaterais para envolver também questões de segurança, demonstrando o quanto este tema tornou-se relevante na Ásia.

Quanto às decisões tomadas pelo Japão, estas impactavam diretamente a realidade de seus vizinhos, demonstrando a importância japonesa dentro da Ásia. O país foi pioneiro quanto às propostas de integração regional, liderou diversas vezes os debates dentro das organizações criadas, e fechou alguns dos acordos mais relevantes para cooperação comercial, garantindo parcerias com relevantes atores da Ásia Pacífico, como Estados Unidos e Austrália. O passado imperialista japonês ainda reside na memória dos países asiáticos, tornando-se um dos maiores obstáculos para o país alcançar a posição desejada de líder regional.

A estratégia japonesa para tornar-se a liderança na Ásia também varia de acordo com transformação da política mundial, especialmente durante a reinserção japonesa no sistema internacional, durante o século XIX, quando o país não possuía teorias ou centros de estudo voltados para as Ciências Políticas, e precisou formulá-la a partir de conceitos e ideias estrangeiras. O tom mais agressivo da sua abordagem, através da força militar e conquista de territórios vizinhos, até 1945, condiz com o que era considerado normal no relacionamento entre dois Estados. Apenas após a Segunda Guerra Mundial o foco muda para o setor econômico, para a reconstrução dos países afetados pelos conflitos, e o

estabelecimento de parcerias comerciais tornar-se essencial para crescimento nacional. O Japão segue essa tendência, surpreendendo o mundo com a velocidade de seu desenvolvimento e auxiliando os demais países da Ásia que passavam pelos mesmos processos.

Atualmente, o clima na Ásia Pacífico é de incerteza, tanto quanto à cooperação econômica ou política e de segurança. As disputas marítimas continuam, e a intervenção do Tribunal Internacional de Haia, em julho de 2016, concluiu que a China não possui base legal para reclamar territórios no Mar do Sul. Entretanto, tal decisão não foi reconhecida pelos chineses, os quais continuam ocupando terras reivindicadas por países do Sudeste Asiático, como Filipinas e Indonésia. O contencioso quanto às ilhas Senkaku/Diaoyu com o Japão também prossegue. O Presidente na Coreia do Sul, Moon Jae In, se comprometeu a estabelecer um diálogo com o vizinho do Norte, o qual continua com testes de armamentos, mesmo tal ato sendo condenado pela comunidade internacional.

A falta de uma política para a Ásia na nova administração dos Estados Unidos também preocupa a região, principalmente pelo discurso nacionalista de Donald Trump. A saída do país do TPP deixou um espaço livre para movimentação da China, que pode aproveitar a oportunidade para consolidar seus próprios acordos de livre comércio, como a RCEP, ganhando vantagem econômica na região. O Japão continua em busca da liderança na Ásia, apostando na construção de uma comunidade regional baseada tanto na cooperação econômica quanto política, mas ainda deve se posicionar quanto ao distanciamento do parceiro estadunidense. Enquanto isso, o Primeiro Ministro Shinzo Abe tenta cumprir com seu objetivo de revisar a Constituição e normalizar o país até 2020.

O que muitos esperam desta década é um movimento de transição e modificação da ordem mundial, com a Ásia Pacífico sendo o centro deste movimento. A decadência do poder estadunidense foi assegurado por diversos estudiosos, e a eleição de Donald Trump foi julgada como acelerador deste processo. A rivalidade dos Estados Unidos com a China viria justamente do receio de que o país asiático tomasse o posto de potência mundial, principalmente com base na sua importância para economia internacional. Em outros cenários, entretanto, espera-se um maior envolvimento japonês na região, tanto através da ampliação da sua economia, quanto pela restauração das suas forças armadas. Nestes casos, o Japão poderia ser o novo rival da China, ou seu novo parceiro.

Por estes motivos é relevante a continuação das pesquisas sobre a Ásia Pacífico, a fim de determinar as razões para as mudanças ocorridas e a configuração atual da região. O Japão, como um de seus principais atores, também deve receber especial atenção da comunidade acadêmica, com as discussões sobre a normalização do país sendo um dos tópicos mais importantes para análise, pois pode determinar o futuro das relações entre os países asiáticos.

REFERÊNCIAS

APEC. **APEC Economic Leaders Economic Vision Statement**. Seattle. 20 de novembro de 1993b. Disponível em: <http://www.apec.org/~media/Files/LeadersDeclarations/1993/1993_LeadersDeclaration.pdf> Acesso em 20 de janeiro de 2017.

APEC. **A vision for APEC. Towards an Asia Pacific Economic Community**. Report of the Eminent Persons Group to APEC Ministers. Out. 1993a. Disponível em: <http://publications.apec.org/publication-detail.php?pub_id=769>. Acesso em 20 de janeiro de 2017.

APEC. **The Osaka Action Agenda: Implementation of the Bogor Declaration**. Osaka, 1995. Disponível em: <http://www.apec.org/~media/Files/Groups/IP/02_esc_oaupdate.pdf> Acesso em 20 de janeiro de 2017.

ASEAN. **Overview**. Disponível em: <<http://asean.org/asean/about-asean/overview/>>. Acesso em 29 de julho de 2017.

CAI, Kevin G. **Is a Free Trade Zone Emerging in Northeast Asia in the Wake of the Asian Financial Crisis?** Pacific Affairs. Vol. 74, No.1. 2001.

CANUTO, Otaviano. **A Crise Financeira Japonesa**. In: Dissonâncias Sino-Japonesas Diante da Crise Financeira Asiática. Instituto de Estudos Avançados. Universidade de São Paulo. 1999. P. 1-12.

CHEONG, Inkyo. **Negotiations for the Trans-Pacific Partnership Agreement: Evaluation and Implications for East Asian Regionalism**. Asian Development Bank Institute Working Paper Series. No. 428. Jul/2013.

CHOONG, William. **Defence and Japan's Constitutional Debate**. Survival: Global Politics and Strategy.57:2. P. 173-192.

CUNHA, André Moreira. **A crise asiática: para além das explicações convencionais**. Ensaios FEE, Porto Alegre, Vol. 20, No. 2. 1999. P. 159-187.

EAVG, East Asia Vision Group Report. **Towards an East Asian Community: Region of Peace, Prosperity and Progress**. 2001. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/report2001.pdf>> Acesso em 29 de maio de 2017.

EBUCHI, Tomohiro; YASOSHIMA, Ryouhei. **The TPP 11 agree to move forward with minimal tweaks**. Nikkei Asian Review. 20 de julho de 2017. Disponível em: <<https://asia.nikkei.com/magazine/20170720/Politics-Economy/The-TPP-11-agree-to-move-forward-with-minimal-tweaks?page=1>> Acesso em 29 de julho de 2017.

EMBAIXADA do Japão no Brasil. **Economia do Japão em uma Era de Globalização.** Economia. Disponível em: <<http://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/economia.html>> Acesso em 29 de maio de 2017.

GILES, Nathaniel W. **The Greater East Asia Co-Prosperity Sphere: The Failure of Japan's "Monroe Doctrine" for Asia.** Undergraduated Honor Series. Paper 295. 2015. P. 1-37.

GORDON, Bill. **Greater East Asia Co-Prosperity Sphere.** Mar 2000. Disponível em: <<http://wgordon.web.wesleyan.edu/papers/coprospr.htm>> Acesso em 15 de janeiro de 2017.

GUAN, Benny TEH Cheng. **Japan, China and the Trans-Pacific Partnership (TPP) as a Strategic Tool of Choice.** RCAPS Working Series Papers. 2016.

GUTIÉRREZ, Hernán. **APEC: Regionalismo abierto y Globalizacion.** Artigo elaborado para a Revista Diplomacia. Jul/ 1997. P. 1-12.

HONGGUANG, Lan. **China renews call for FTAAP as economic globalization falters.** Xinhua News Net. 19 de novembro de 2016. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2016-11/20/c_135843926.htm> Acesso em 25 de maio de 2017

INOBUCHI, Takashi; BACON, Paul. **Japan's emerging role as a 'global ordinary power'.** International Relations of the Asia Pacific. Vol. 6. No.1. 2006.

KAWAI, Masahiro. **From the Chiang Mai Initiative to the Asian Monetary Fund.** Asian Development Bank Institute Working Paper Series. No. 527. 2015.

KOIZUMI, Junichiro. **Japan and ASEAN in East Asia – A Sincere and Open Partnership.** Speech by Prime Minister of Japan Junichiro Koizumi. Cingapura. 14 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://japan.kantei.go.jp/koizumispeech/2002/01/14speech_e.html> Acesso em 27 de maio de 2017.

KOJIMA, Kiyoshi. **Economic Integration in the Asian-Pacific Region.** Hitotsubashi Journal of Economics, 16 (2). 1976. P. 1-16. Disponível em: <<https://hermes-ir.lib.hit-u.ac.jp/rs/bitstream/10086/7987/1/HJeco0160200010.pdf>>. Acesso em 20 de janeiro de 2017.

KOJIMA, Kiyoshi. **The "flying geese" model of Asian economic development: origin, theoretical extensions, and regional policy implications.** Journal of Asian Economics. 11. 2000. P. 375-401.

MALAFAIA, Thiago Corrêa. **Japanese International Relations: an assessment of the 1971-2011 period.** Brazilian Political Science Review. 2016.

MATSUMOTO, Sannosuke. **Yukichi Fukuzawa: His Concept of Civilization and View of Asia.** Profile of Asian Minded Man. The Developing Economies. Vol. 5. Mar

1967. P. 158-172. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1746-1049.1967.tb01117.x/pdf>> Acesso em 15 de janeiro de 2017.

MIMURA, Janis. **Japan's New Order and Greater East Asia Co-Prosperity Sphere: Planning for Empire.** The Asia Pacific Journal. Vol. 9, Issue 49, No. 3. Dez 2011. Disponível em: <<http://apjjf.org/2011/9/49/Janis-Mimura/3657/article.html>> Acesso em 22 de janeiro de 2017.

MULGAN, Aurelia George. **Understanding Japanese Trade Policy: A Political Economy Perspective.** The Political Economy of Japanese Trade Policy. Cap. 1. P. 1-40. 2015.

O'GRADY, Sean. **By scrapping TPP and TTIP, Trump has boosted American jobs in the short term – and destroyed long term.** Independent. 24 de janeiro de 2017. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/voices/donald-trump-trade-deals-tpp-ttip-american-business-workers-boost-short-term-destroy-long-term-a7543706.html>> Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **A Crise Asiática e a Parceria Estratégica EUA-China.** Carta Internacional. No. 64. Ano VI. Jun 1998. São Paulo. P. 14-15.

ORTBLAD, Dennis J. **The US and Japan in APEC: Arena for Leadership in Asia and the Pacific.** Asia Pacific Issues. Analysis of the East-West Center. No.28. 1996.

PATRICK, Hugh. **From PAFTAD to APEC: Economists Networks and Public Policymaking.** Discussion Paper No.2. APEC Study Center. Columbia University. Jan 1997.

PEMPEL, T.J. **Japan rethinks its security: the U.S., Asian Regionalism, or some kind of mix?** Kyoto Journal of Law and Politics 3(1). P. 3-23. 2005.

PIECZARA, Kamila. **Explaining surprises in Asian regionalism: the Japan-Korea-China trilateral cooperation.** GR:EEN Working Paper. No.24. University of Warwick, 2012. P. 1-29.

POTTER, David M. **Evolution of Japan's Postwar Foreign Policy.** The Bulletin of the Center for International Education. Nanzan University. No.9. P. 31-49. 2008.

SAHASHI, Ryo. **The Rise of China and the Changing Regional Security Architecture.** US-Japan Papers. Japan Center for International Exchange. 2011.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas.** São Paulo. 2ª ed. Saraiva. 2007.

SCULLY, Jon Christopher. **From Alliance to Enmity: Anglo-Japanese Relations, 1930 – 1939.** Thesis for Master of Philosophy in Twentieth Century British History. University of Birmingham. Set 2011.

SHIMIZU, Kosuke. **Why there is no non-Western IR Theory in Japan? Genealogy of Japan's Cultural IR, and the Study of Regional History.** Working Paper Series. Studies on Multicultural Societies No. 32. 2016.

TAKEUCHI, Keiichi. **Japanese Geopolitics in the 1930s and 1940s.** From Geopolitical Traditions, 2000. In: Geopolitics: an Introductory Reader. Cap.10. 2014.

TAN, See Seng. **Japan and Multilateralism in Asia.** Navigating Change: ASEAN-Japan Strategic Partnership in East Asia and in Global Governance. Tokyo. Japan Center for International Exchange. 2015.

TANAKA, Akihiko. **Prospects for East Asia Community.** Challenges to Trilateral Cooperation: The Trilateral Commission. Trilateral Commission report. Tokyo. 2006. P.49-54.

TANAKA, Hitoshi. **Japan's Foreign Policy and East Asia Regionalism.** International Institutions and Global Governance Program. Japan Studies Program. Council on Foreign Relations. 2009.

TAVARES, Maria da Conceição. **O desafio Japonês.** Mercado. Folha de São Paulo. 15/12/1996. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/12/15/dinheiro/16.html>> Acesso em 27 de maio de 2017.

TELLIS, Ashley J. **The geopolitics and TTIP and the TPP.** Adelphi Series, Março 2015. 93-120.

TERADA, Takashi. **Directional leadership in institution-building: Japan's approaches to ASEAN in the establishment of PECC and APEC.** The Pacific Review. Vol. 14. No. 2. 2001b. P.195-220.

TERADA, Takashi. **Japan and the Trans-Pacific Partnership.** Sasakawa Peace Foundation USA. Fev. 2012.

TERADA, Takashi. **Nagano Shigeo: business leadership in the Asia Pacific Region and the formation of the Pacific Basin Economic Council.** Australian Journal of Politics and History. Vol: 47, nº 4, 2001a. P.475-489.

TERADA, Takashi. **The Japanese origins of PAFTAD: The Beginning of an Asian Pacific Economic Community.** Pacific Economic Paper, no. 292. Jun 1999. P.1-19.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. **A instabilidade das economias ainda continua.** Carta Internacional. Nº 57, Ano V. Nov/1997. P. 4.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Desenvolvimento e Segurança na Ásia-Pacífico: problemas e perspectivas, da Pax Americana ao Pós-Guerra Fria.** 1996. P. 180-200.

XIAO, Yifei. **Competitive Mega-regional Trade Agreements: Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP) vs. Trans-Pacific Partnership (TPP)**. College Undergraduate Research Electronic Journal. University of Pennsylvania. 2015.

WACKER, Gudrun. **Security Cooperation in East Asia – Structures, Trends and Limitations**. SWP Research Paper. Stiftung Wissenschaft und Politik. German Institute for International and Security Affairs. Berlin. 2015.

WATSON, Eliot Francis. **The Trans-Pacific Partnership and Japanese Politics**. University of Tennessee Honors Thesis Projects. 2012.

WHIGHT, Martin. **A Política do Poder**. 2^a ed. Brasília. Editora Universidade de Brasília. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2002.